

Esses quatro anos

*A violência contra
a Imprensa na Era Bolsonaro*

Julia Rugai

ESSES QUATRO ANOS

A violência contra a Imprensa
na Era Bolsonaro

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Jornalismo - Departamento de Comunicação

Trabalho de Conclusão de Curso - 2023

Esses quatro anos - A violência contra a Imprensa na Era Bolsonaro

Julia Rugai

Orientação

Leonardo Sakamoto

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes - FAFICLA

Rua Monte Alegre, 984 - São Paulo - SP

Julia Rugai

Esses quatro anos

Agradecimentos

À minha mãe, Patrícia, e ao meu pai, Sérgio, pelo carinho e por me ensinarem, diariamente, sobre força e perseverança.

Ao meu irmão, Pedro, pela leveza dos dias.

Ao João, pelas alegrias vividas lado a lado.

Aos meus avós, Maristela, Ronaldo e Florisa, pelo suporte e cuidado.

Ao meu orientador, Leonardo Sakamoto, pelo aprendizado.

A todos que tornaram este livro-reportagem real.

Sumário

Introdução	9
I. Contextos da política no Brasil: 2018 até 2022	14
II. A eleição de 2022: elementos importantes da disputa	25
III. A descredibilização sistêmica da Imprensa	45
IV. Mulheres: os principais alvos	65
Marina Dias, The Washington Post	65
Patrícia Campos Mello, Folha De S. Paulo	71
Vera Magalhães, TV Cultura, O Globo e CBN.....	76
Lana Canepa, Rádio Bandeirantes	81
Anna Virginia Balloussier, Folha De S. Paulo	82
V. As redes sociais como amplificadoras da violência	87
VI. A violência no “Mega Centro-Oeste”	100
Considerações finais	115

Introdução

Li uma vez em algum lugar que resgatamos fragmentos de nossa memória a partir do que vivemos no presente. Pensamos em momentos do nosso passado através de certas vivências do momento em que estamos em nossa vida. E, por consequência, também imaginamos nosso futuro a partir desse nosso presente.

Realmente, não me lembro de onde tirei isso aí. Não, não é inventado. Fato é que, por mais simples que possa ser, faz certo sentido. Enquanto escrevo a introdução desse livro-reportagem, as eleições presidenciais de 2022 já fazem parte de um quase passado — um “quase passado”, pois sinto que, por um tempo, ainda permaneceremos no vai e vem dos fatos desse período da história brasileira.

E, no momento presente de escrita deste trabalho que retoma as eleições de 2022, volto, a todo momento, para fragmentos da minha memória.

Voltei para o ano de 2013, quando não entendia nada sobre nada e não sabia o porquê de tanto alvoroço pelo aumento das passagens do transporte público — mais tarde entendi que não era bem só sobre isso. Depois, voltei para 2010, e me recordei de boa parte do meu bairro extremamente infeliz pela vitória de Dilma e do PT sobre José Serra e, novamente em 2014, quando era Aécio Neves quem representava os tucanos.

Mais tarde, em 2016, quando ainda estava nas salas de aula do colégio aprendendo alguma coisa de geografia, Brasília era palco do impeachment de Dilma Rousseff. E, depois, voltei para

2018, quando compreendi melhor sobre o que falamos quando falamos de eleições e quanta coisa existe por trás de nossas escolhas políticas.

Não posso falar com tanta exatidão, mas tenho quase certeza que foi ali, assistindo aos telejornais a todo o momento, procurando entender o que eu não entendia, correndo atrás da minha própria consciência política, que me aproximei um tanto mais do que viria a ser minha escolha como profissão: o Jornalismo.

Neste livro-reportagem me dedico a contar um pouco sobre a visão daqueles que foram responsáveis por ligar os pontos e contextualizar os fatos das constantes mudanças da disputa de poder brasileira. Observando as mudanças entre os pleitos de 2018 e 2022, este trabalho procura analisar se houve um aumento da violência no exercício do jornalismo durante a cobertura das campanhas presidenciais nos últimos quatro anos e quais os motivos para tamanha intensidade.

Para além de narrar grande parte dos acontecimentos das últimas eleições e movimentações dos dois principais candidatos da disputa — Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro —, os capítulos deste livro se dedicam a analisar, ao escutar jornalistas e especialistas no assunto, como a escalável contaminação do debate público, muitas vezes desempenhada por figuras da política brasileira, tornou a cobertura jornalística ainda mais desafiadora.

Para essa análise, foram utilizados dados levantados pelos monitoramentos de violência contra a imprensa realizados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), de 2018 a 2022, bem como os relatórios desenvolvidos pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), também do mesmo período. Os monitoramentos se dedicam a categorizar os casos de violência

contra a imprensa em agressões físicas, verbais, intimidações, ataques coordenados, ataques nas redes sociais, campanhas de descrédibilização, censura, assassinatos e violência sindical.

As entrevistas realizadas para este trabalho, se encaixam, em sua maioria, nas categorias de ataques verbais, físicos, campanhas de descrédibilização, intimidações e ataques coordenados nas redes sociais.

Além disso, a maior parte dos relatos são de jornalistas mulheres que participaram da cobertura política de 2018 e 2022. A escolha se deu pelos dados analisados e pelo entendimento de que a descrédibilização e ataques voltados a mulheres jornalistas atingiu patamares elevados nos últimos quatro anos.

O período e seus personagens políticos são alvo de diversos olhares e análises e, tamanha complexidade não será destrinchada por completo neste livro. Aqui, me dedico a contar o entendimento daqueles que estiveram nas ruas, trazendo as histórias dos últimos anos para a casa dos eleitores.

“Esses quatro anos: a violência contra a Imprensa na Era Bolsonaro” é organizado a partir de questões chave das eleições passadas, de maneira que fosse possível estabelecer uma comparação com 2018. Ainda que o período de análise seja limitado a esses anos em que Jair Bolsonaro esteve à frente da presidência da República, o livro se atenta para o fato de que a violência contra a imprensa não surge em 2018. Faz parte de raízes históricas e culturais do país, passando por diferentes períodos, como a Primeira República, Era Vargas e Ditadura Militar.

O primeiro capítulo do livro, “Contextos da política no Brasil: 2018 até 2022”, se dedica a pontuar momentos importantes dessa trajetória, elencando as principais figuras do xadrez político das eleições de 2018 e 2022, além de explicar as mudanças sociais

da época. Para recontar essa história, foram utilizadas edições passadas dos três maiores jornais do país --- O Globo, Estadão e Folha de S. Paulo. Também são apresentados dados sobre a crescente violência contra a imprensa e a categorização desses ataques. Em seguida, "A eleição de 2022: elementos importantes da disputa", é um capítulo voltado a campanha eleitoral de 2022, que permeia as principais candidaturas, a defesa da democracia e outros momentos importantes do período.

"A descredibilização sistêmica da imprensa" se dedica a analisar como os ataques aos jornalistas se tornaram institucionalizados nos últimos quatro anos e quais as consequências disso, além de elencar características dos principais alvos. Já o quarto capítulo, "Mulheres: os principais alvos", é voltado aos relatos de cinco jornalistas que participaram da cobertura das eleições de 2018 e 2022, possibilitando a compreensão da dimensão desses ataques quando o alvo é uma mulher. Em "As redes sociais como amplificadoras da violência", é apresentado o papel das plataformas digitais em meio a polarização política e como elas têm participação essencial nos ataques mobilizados pela base de eleitores dos candidatos.

Por fim, o sexto capítulo, "A violência no mega centro-oeste", engloba os perigos e limites da cobertura daqueles que estão no campo. O motivo por trás desse capítulo é a compreensão de que jornalistas que se dedicam a cobertura de conflitos entre agricultores e ruralistas, no interior do país, sempre estiveram sujeitos à violência e, nos últimos anos, com a aproximação do setor do agronegócio e o governo Bolsonaro, os limites para a reportagem se intensificaram. O capítulo também recorda o caso do assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips, em Atalaia do Norte, em julho de 2022.

A partir desse livro-reportagem, junto duas áreas de muito interesse pessoal: o jornalismo e a política brasileira. Mas, para além, proponho um outro ponto de vista para as diversas análises que a eleição presidencial de 2022 trouxe para a história.

I. Contextos da política no Brasil: 2018 até 2022

Como tantas outras coisas, há riscos na prática do jornalismo no Brasil. Tal característica não surgiu da noite para o dia, mas sim de raízes históricas e culturais acentuadas a partir das eleições de 2018, que alavancaram um processo já em curso de mudanças na conjuntura política do país.

No passado, desde a Proclamação da República, em 1889, até a Primeira República, de 1910 a 1914, presidida pelo militar Hermes da Fonseca, às perseguições e ataques aos jornalistas já se tornavam comum. A prática só se agravou na Era Vargas, de 1937 a 1946 e seguiu por tempos sombrios na Ditadura Militar, de 1964 a 1985. Foi sob a tutela e censura dos militares que Vladimir Herzog, jornalista e, na época, diretor de redação da TV Cultura, foi torturado e assassinado. Sua memória é, até hoje, símbolo da tensão e resistência daqueles tempos.

Perseguições, tortura, assassinatos. Ao abrir os jornais da época, era comum se deparar com uma receita de bolo, ou até um poema de Camões no meio das outras reportagens. Uma solução comum dos jornais para preencher os espaços que eram censurados pela Ditadura Militar.

A relação da política brasileira com a imprensa e veículos midiáticos nunca passou por tempos verdadeiramente duradouros de tranquilidade. Mas o período pré e pós eleições presidenciais brasileiras de 2018, que elegeu Jair Bolsonaro como presidente da República, pode ser considerado como momento central para o

estabelecimento de um padrão da expressão recorrente de ódio contra jornalistas e meios de comunicação nos últimos tempos, como mostram os relatórios de monitoramento de violência contra a liberdade de imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Pensar sobre a conjuntura político-social dos últimos anos no Brasil tem sido um desafio. Não só para cientistas políticos e acadêmicos, que tentam destrinchar a multiplicidade de novos elementos presentes nas últimas disputas eleitorais, mas também para parte da imprensa que reportou e viveu, nas ruas e nas redes, as mais diversas manifestações sociais.

São múltiplas as fontes que tentam traçar uma visão linear para explicar como chegamos até aqui e entender o que se parece com um longo período de insatisfação e descontentamento. Contudo, o que se torna cada vez mais claro é que a linearidade é quase inexistente nesse período de mudanças do establishment político, do surgimento de outsiders, forte presença das redes sociais no debate público e vozes que gritavam por mais representatividade política. Eram tantas vozes que ainda é um desafio explicar sobre o que se tratava o tal grito.

Lidar com essas mudanças, contextualizá-las e ponderar diferentes argumentos se tornou uma tarefa diária intensa na vida dos que se dedicam a reportar os acontecimentos do mundo. As Jornadas de Junho de 2013 já tinham sido uma prévia de como a estrutura social e política brasileira é banhada por contextos latentes que requerem atenção e cuidado, principalmente no ato de reportá-los.

Como explica o jornalista e editor-chefe do jornal Nexo, Conrado Corsalette, em seu livro *Uma crise chamada Brasil: a quebra da nova república e a erupção da extrema direita*, a energia anti-establishment que tomava parte das manifestações daquele

período atingiu “poderes constituídos” para além da política em si, atingindo, também, a imprensa. A hostilidade também chegava neles, que estavam nas ruas para reportar o que estava acontecendo.

Após 10 anos, podemos constatar que nossas múltiplas fissuras podem nos acompanhar por longos anos e, em 2018, as coisas não fugiram muito disso. As eleições que alçaram Jair Bolsonaro à presidência da República e ao posto de cacique da extrema direita no Brasil demonstraram que o exercício do jornalismo se tornou mais desafiador frente à contaminação do debate público e aos constantes atropelos na disputa de poder. E, essa marca também se fez presente em 2022.

Por isso, neste capítulo e ao longo deste livro-reportagem, me dedicarei a compartilhar relatos de jornalistas que reportaram os acontecimentos políticos não somente em 2018, como também em 2022. Buscando entender se houve, de fato, mudanças nessa relação histórica entre a política e o jornalismo.

Mas, como mencionei no início deste capítulo, se engana quem pensa que o aumento dos ataques aos jornalistas que assistimos nos últimos quatro anos surgiu da noite para o dia. Essa relação importante e delicada entre a imprensa e a política sempre será um campo minado. Já foi desgastada, algumas vezes, antes mesmo de os repórteres decidirem deixar o cercadinho¹ de lado quando as hostilidades de Jair Bolsonaro e seus apoiadores se tornavam cada vez mais insustentáveis.

É um tipo de violência que, ao se tornar sistemática, mesmo fora do tabuleiro da política, acaba extrapolando suas formas mais

1 O cercadinho era uma estrutura de metal que ficava na entrada do Palácio da Alvorada. Foi implementado no primeiro ano do governo Bolsonaro e servia para separar apoiadores de jornalistas. Era onde o presidente costumava parar para conversar com apoiadores.

comuns e alcança a brutalidade, como ocorreu no caso do jornalista Tim Lopes. Assassinado em 2002 pelo crime organizado, o repórter se dedicou a apurar e revelar, em reportagens, casos de exploração sexual de menores nos bailes funk da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro. O assassinato não causou apenas grande comoção pública, mas também acirrou o debate sobre a segurança de jornalistas durante a prática profissional. Isso foi sentido novamente 20 anos depois, no caso do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, que será mais explorado nos capítulos seguintes.

Se voltarmos um pouco o filme, há quatro anos, em 2018, lembraremos de uma disputa eleitoral acirrada, em que os ânimos de parte dos eleitores brasileiros também se encontravam à flor da pele. Agora, passadas as eleições de 2022, a sensação que fica é a de que o período entre 2018 e 2022 foi apenas um longo e intenso ciclo eleitoral. Quase como se tivéssemos presenciado uma disputa pela cadeira da presidência da República permeada por dois pleitos extremamente conectados. Sensação essa que parece não ter sido identificada em anos anteriores segundo relatos dos jornalistas e especialistas entrevistados neste livro.

Para além do exercício diário de transmitir informações apuradas, checadas e contextualizadas, na tentativa de aproximar a população de seus governantes e fiscalizar o poder público, os jornalistas brasileiros e a imprensa como um todo enfrentaram uma série de obstáculos fortemente atrelados à conjuntura política dos últimos quatro anos. Entre os desafios impostos pela revolução digital e a larga sombra de desconfiança que se projetou sobre a imprensa no fim da década de 2000 - como lembra o cientista político Miguel Lago - repórteres que foram às ruas cobrir as últimas campanhas eleitorais e o dia a dia das articulações políticas brasileiras tiveram que lidar, também, com a recorrência de ataques, ameaças e o aumento da violência, em suas diversas formas.

O ano de 2018 já havia sido marcado por um aumento nos casos de agressões a jornalistas em relação ao ano anterior. Esse tipo de monitoramento não é único e não foi desenvolvido à toa. Realizados por diversas entidades, em especial a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) e a Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), relatórios anuais de monitoramento de ataques contra a imprensa e a liberdade de expressão são capazes de revelar o nível atual das hostilidades, bem como ajudar a entender as principais características de tamanha violência.

O incremento nos casos em 2018 esteve diretamente relacionado à eleição presidencial e aos episódios associados a ela, segundo o relatório divulgado pela FENAJ. A partir de então, os materiais produzidos pelas entidades passaram a observar e sinalizar que a eleição presidencial de 2018 mudou o que entre 2013 e 2017 era considerado uma tendência. Até então, pode se dizer que os principais autores de agressões contra jornalistas eram policiais militares – isso fica evidente, principalmente, quando lembramos dos diversos protestos que tomaram o Brasil naqueles cinco anos – e o crime organizado. Mas, em 2018, cidadãos comuns, eleitores de um ou outro candidato, tomaram esse posto. Ainda segundo dados do relatório produzido pela FENAJ após as eleições presidenciais, os eleitores foram responsáveis por 22,22% do total dos casos - foram 135. Desse grupo, os manifestantes ligados à candidatura de Jair Bolsonaro foram os maiores agressores da categoria. No entanto, eleitores de Lula não ficam de fora. Apesar de não ter participado efetivamente da disputa, a personalidade do até então ex-presidente causou grande comoção, e seus manifestantes se envolveram em sete episódios.

Na época, o país ainda lidava com aquela força antissistema que havia aparecido anos antes. Você deve se lembrar dos protestos que tomaram a Avenida Paulista, em São Paulo. E muito

do que aconteceu nas ruas influenciou a cúpula do Congresso, assim como a insatisfação com a realidade da economia do país e a intensificação da série de investigações criminais desempenhadas pela operação Lava Jato. Esses fatores somados contribuíram para a derrocada da ex-presidente Dilma Rousseff e seu impeachment em 2016. Há um pouco mais de cinco anos que tal força ganha características mais radicais.

Em maio daquele ano, a greve dos caminhoneiros tomou os jornais por alguns dias. É importante recordar esse episódio para considerar que ela também foi um agente responsável pelo crescimento significativo das agressões físicas, verbais e intimidações contra jornalistas naquele ano, com 17,04% dos casos. Os caminhoneiros se mobilizaram frente ao aumento do preço dos combustíveis, impactados pela Política de Paridade de Importação (PPI)², adotada durante o governo Temer. Embora pareça um episódio isolado, essa é uma fotografia importante no filme de uma série de demandas que foram além. As manifestações que, em conjunto com um cenário de crise econômica, atravessaram o país foram elementos agarrados por um dos principais personagens daquele pleito: Jair Bolsonaro.

Um dos principais motivos para a conexão entre a disputa de 2018 e 2022 são as figuras que protagonizaram o jogo. De um lado, Jair Messias Bolsonaro, na época, disputando pelo Partido Social Liberal (PSL). De outro, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Sim, é de conhecimento que

2 Implementada em 2016, durante o governo de Michel Temer, o Preço de Paridade Internacional (PPI) é uma política de preços que busca associar a dinâmica de preços do mercado brasileiro ao comportamento dos preços internacionais

Lula não disputou aquela eleição, afinal, ele havia sido condenado pelo caso do Triplex do Guarujá - processo que se deu na esteira de condenações da operação Lava Jato³.

Em 2018, o Brasil chegava em mais um ano eleitoral carregando nas costas uma crise política que parecia não ter data para expirar. Lula projetava se candidatar mais uma vez, ainda que condenado em primeira instância. Mas, em janeiro daquele ano, a rota política do petista mudou com o resultado da decisão do 4ª Região (TRF-4) que foi ao encontro das condenações impostas por Sérgio Moro - então juiz e protagonista da operação

No dia 7 de abril de 2018, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Grande ABC, Lula foi preso. O líder político teve sua candidatura cassada em setembro, em meio à campanha eleitoral, devido à Lei da Ficha Limpa, que proíbe a candidatura de pessoas condenadas por tribunais colegiados, como era o caso do TRF-4. Preso e liderando as pesquisas de intenção de voto, o petista escolheu Fernando Haddad (PT) para tomar as rédeas da disputa.

Em uma eleição marcada pela antipolítica e a inundação do debate público pelas fake news, Jair Bolsonaro chegou à presidência da República. Apesar do desgaste causado pela forte presença lava jatista e antipetista durante a campanha, Fernando Haddad conseguiu chegar ao segundo turno de 2018. Naquele ano, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), adversário histórico do Partido dos Trabalhadores, viu seu candidato Geraldo Alckmin chegar em quarto lugar, com 5% dos votos. Ao final do segundo turno de uma eleição atípica, Jair Bolsonaro consolidava sua vitória com 55,54% dos votos válidos, ante 44,46% do petista.

3 O caso condenou Lula a 12 anos e 1 mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. No julgamento no TRF-4, foi entendido que havia provas de que Lula recebeu o triplex como forma de propina da construtora OAS.

Os ventos da política brasileira tornaram para rumos diferentes, que se fizeram presentes no pleito de 2022. Bolsonaro, conhecido por sua postura polêmica no Congresso, foi eleito a partir do discurso antissistema e lavajatista que estava em curso, em conjunto com uma nova direita que se apresentava. As declarações de caráter preconceituoso e a incitação à violência política faziam parte de uma nova estratégia, que se apoiava na bandeira da liberdade de expressão e no sequestro de seu sentido. Interessava ao presidente eleito fazer das instituições de poder do país suas inimigas e a imprensa também.

Desde lá atrás, no período do Império, passando pela Proclamação da República, com o militar Marechal Deodoro e pela chamada Primeira República, com Hermes da Fonseca, perseguiam-se jornalistas. Prática que só se intensificou durante a Ditadura Militar, de 1964 a 1985. “A classe era - e ainda é, em muitas das ocasiões - um contraponto à ordem em curso, fonte de incômodo”, pontua o jornalista Eugênio Bucci. E a redemocratização do país, não mudou isso. O que se observa é uma intensidade maior nas desavenças do poder com a imprensa, justamente pelos componentes mais atuais do debate, como as redes sociais.

A estratégia de um discurso extremista e o uso de algoritmos nas redes capazes de amplificar narrativas e colocar a imprensa em xeque, foi uma ferramenta angariada e bem lapidada por Jair Bolsonaro e seus aliados em 2018. O líder se coloca em destaque e tem uma estratégia que se assemelha às conduzidas pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Matteo Salvini, da Itália, Viktor Orban, da Hungria e outros políticos populistas, que são capazes de incitar cidadãos comuns a se engajarem em coibir o trabalho jornalístico profissional, não só por meio do assédio nas redes sociais, mas também na vida real, como explica Giuliano Da

Empoli em seu livro *Os engenheiros do caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*.

À frente do governo, o debate ainda cru sobre a liberdade de expressão no país foi explorado por Bolsonaro em 2018 e ultrapassou o caráter eleitoral, tornando-se uma estratégia de governo.

O comportamento, que já era comum em algumas aparições quando deputado federal, ganhou força sob os holofotes da presidência. Em 2014, durante seu sexto mandato como deputado, Bolsonaro agrediu verbalmente Manuela Borges, repórter da RedeTV. “Você é uma idiota. Você aprendeu onde isso aí?”, disse o parlamentar após sair em defesa do golpe militar de 1964. Na ocasião, ele ainda a chamou de analfabeta. O comportamento não era exclusivo dele. Mas, pela composição de sua figura, suas aparições eram mais recorrentes.

Durante a campanha eleitoral de 2018, as agressões físicas foram as mais comuns, repetindo a tendência de anos anteriores. Ainda assim e, por influência da disseminação de desinformação em massa nas redes, as agressões verbais e intimidações cresceram cerca de 87% em comparação com o ano anterior. Foram registradas 28 ocorrências de agressões verbais, 15 a mais do que em 2017. Os números que inicialmente parecem simples se tornaram mais complexos no decorrer do mandato do presidente eleito, angariando características novas e mais intensas como a disseminação de mensagens em massa e a preferência por mulheres como alvo.

Como mencionado durante o capítulo, episódios tanto verbais quanto físicos estiveram atrelados aos acontecimentos políticos da época: a emergência de um líder conservador da nova direita, alavancado pelo discurso da antipolítica, e pela condenação

de Lula em abril, que ocorreu no meio de outros processos contra a corrupção no país que tinham a classe política como principal alvo.

Situações de agressões também foram provocados por eleitores petistas. Como exemplo, um dos relatos compartilhados com as plataformas de monitoramento de ataques contra a imprensa foi o de agressões físicas contra jornalistas da Rádio CBN, Band e RedeTV durante a cobertura da prisão de Lula, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Em outubro, dia 28, com as urnas devidamente apuradas, o resultado caiu nas ruas e manifestantes de um movimento que estava tomando seus primeiros passos no alto escalão da política brasileira foram comemorar a vitória. O que já tinha sido experienciado por alguns repórteres nas redes, durante a campanha eleitoral, foi vivenciado nas ruas. Jornalistas que foram cobrir o grito da vitória dos eleitores de Bolsonaro, em especial na Avenida Paulista, relataram um ambiente hostil à presença da imprensa. Muitas equipes tiveram seus equipamentos danificados e sofreram xingamentos.

Não há como negar que aquele ano foi um marco importante, principalmente quando pensamos na relação com as plataformas de mídias sociais, responsáveis por amplificar um sentimento de tensão e incerteza que já pairava sobre os eleitores. Um dos casos mais emblemáticos e que se arrastou com o passar dos últimos quatro anos foi o dos ataques sistemáticos à repórter da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello. A jornalista descobriu, durante a campanha eleitoral de 2018, que a rede de desinformação de Bolsonaro – pilar essencial em sua campanha – tinha financiamento empresarial para os disparos em massa através do aplicativo de mensagens WhatsApp. O caso pode ser considerado

um resumo do que estaria por vir e Patrícia, assim como outras colegas, compartilha seu relato e ponderações no decorrer dos capítulos.

II. A eleição de 2022: elementos importantes da disputa

O clima de tensão se fez presente antes mesmo do início oficial da campanha eleitoral de 2022. O dia 16 de agosto marcou o começo concreto da corrida pela presidência da República e demais cargos majoritários. Mas os preparativos, rascunhos e movimentações da eleição que calcificou o país já davam as caras bem antes disso.

Meses antes, em março de 2021 — momento que, mais uma vez, demonstra o vaivém dos acontecimentos da política brasileira — Edson Fachin, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou as condenações de Lula na Lava Jato¹. A posição considerava que o caso do Triplex e demais processos da operação não poderiam ter sido julgados em Curitiba, pois não tinham nada a ver com as investigações movidas contra a Petrobras, um dos principais alvos dos processos da Lava Jato.

Pouco depois, o juiz Sérgio Moro, responsável pelos processos da operação na primeira instância e símbolo da investigação, foi considerado parcial durante essas ações, dissipando ainda mais a força e credibilidade que a força tarefa um dia já teve. A decisão de Fachin embaralhou as peças do tabuleiro.

1 O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, considerou que 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência para julgar casos do triplex do Guarujá. Posteriormente, a segunda turma do STF concluiu que o ex-juiz Sérgio Moro atuou com parcialidade no julgamento de Lula durante a operação Lava Jato.

Jair Bolsonaro e aliados miravam a reeleição, mesmo após quatro anos conturbados, marcados pelo negacionismo e pela condução desastrosa de um país que atravessava a pandemia do coronavírus. Não há como esquecer que, durante seu mandato, suas escolhas, na contramão da voz da ciência, alavancaram a mais grave crise sanitária já vivida em anos no Brasil. O país registrou centenas de milhares de casos e mortes e, em março de 2023, ultrapassou 700 mil vítimas. Não foi por acaso.

O vírus, que se espalha através do ar, fazia com que as pessoas se resguardassem em suas casas o máximo possível, evitando contato com os outros e, conseqüentemente, a transmissão da doença. Isso aconteceria até que encontrassem estratégias e medidas seguras, embasadas em conhecimentos científicos, para lidar com a emergência.

Era um momento do desconhecido, mas laboratórios ao redor do mundo e porta-vozes da ciência no Brasil estavam de acordo ao recomendar o tal do “fica em casa e a paralisação das atividades presenciais. Afinal, lidávamos com uma doença de alto grau de transmissão e mortalidade. Era, realmente, uma questão de vida ou morte e, no geral, diversos países e líderes mundiais seguiram esses primeiros passos.

Com Jair Bolsonaro na liderança, as coisas foram um pouco diferentes. As recomendações científicas foram ignoradas e houve uma insistência na permanência dos comércios abertos. Enquanto o presidente da República gastava suas energias estimulando a abertura das atividades, discutindo com governadores e espalhando desinformações sobre a doença para a população, milhares de pessoas eram atingidas pelo vírus. Centenas de milhares de histórias se perderam, em parte, por esse comportamento.

Diante do vírus, a economia cambaleou e, assim como os Estados Unidos e outros países, o Brasil entrou em uma nova

recessão. Apesar da agilidade do Congresso em aprovar medidas para que o país tivesse o mínimo de preparo para assegurar um auxílio à população que estava afastada de suas atividades, muitos erros foram cometidos no âmbito da saúde. Como exemplo, o governo foi responsável por atrasar a compra de vacinas que já estavam sendo desenvolvidas para combater os casos de covid-19. Na contramão do comportamento que se espera de uma liderança nacional, Jair Bolsonaro sabotou as negociações com laboratórios ao redor do mundo, produtores de imunizantes que poderiam auxiliar a retomada das atividades.

A gestão foi banhada por desinformações, ironias e um “troca-troca” de ministros que, à frente da pasta da Saúde, tinham de concordar com o uso de hidroxicloroquina. À frente dos microfones e de suas lives semanais no YouTube o então presidente não hesitava em soltar frases como “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina” ou “E daí? Lamento, quer que eu faça o que?” a respeito das mortes que seguiam aumentando com a falta de imunizantes e providências.

Através de uma pressão alavancada por alguns governadores, especialmente o então chefe do Executivo do Estado de São Paulo, João Doria, as movimentações para compra e produção de imunizantes começaram a andar no país. Ao mesmo tempo em que o entrave tornou Doria um desafeto do presidente, o colocou no papel de protagonista da vacinação. Em janeiro de 2021, os primeiros imunizantes eram autorizados pela Anvisa e, no dia 17 daquele mês, os brasileiros assistiriam Mônica Calazans, enfermeira paulista, receber a primeira dose de vacina aplicada em seu braço.

Relembrar a pandemia do coronavírus no Brasil é um processo doloroso. Para além dos médicos e profissionais da saúde, que estiveram à frente dessa batalha contra um vírus desconheci-

do, longe da família e contando com a incerteza em todos os momentos, o jornalismo e a imprensa também desempenharam papel crucial neste momento. O período de 2020 e 2021 foi importante no que tange à recuperação de parte da credibilidade jornalística. Mas não há como não enxergar negatividades também. Esses anos marcaram um período em que jornalistas arriscaram suas vidas durante a cobertura e tiveram suas condições de trabalho ainda mais precarizadas.

O ano que foi marcado pela pandemia, também foi o mais violento para a imprensa desde a série histórica, iniciada na década de 1990 e monitorada pela FENAJ. Segundo dados do monitoramento realizado em 2020, a descrédibilização da imprensa, assim como em 2019, foi a forma de violência mais frequente em 152 dos 428 episódios registrados. Dando sequência a um comportamento já notado, Jair Bolsonaro, mais uma vez, foi o principal agente dos ataques, responsável por 175 casos – tanto genéricos quanto verbais.

Com a vacinação em curso, através do SUS (Sistema Único de Saúde) e uma melhora nos casos do coronavírus – nem sempre estável – o comércio voltou a abrir de forma gradual e houve um pequeno respiro na economia. Mas não há como negar que o Brasil que atravessou a pandemia tornou-se um lugar de uma grave crise social.

Início do ano eleitoral

O ano de 2022 começaria com tal cenário como pano de fundo, estreando uma série de medidas e propostas de cunho eleitoral, movidas por um governo que tentaria a reeleição a todo

custo. Bolsonaro escolheu a rota da ampliação de despesas, burlando o mecanismo vigente de contenção delas, conhecido como teto de gastos².

Um tanto atropelada, essa investida do governo e de sua base aliada foi apelidada de “PEC Kamikaze”. Permitia um aumento de gastos sociais às vésperas da eleição e esperava em troca mudanças no elevado nível de rejeição do governo federal. Entre as estratégias adotadas, criou auxílios que contemplavam caminhoneiros e taxistas, que eram atingidos por uma alta de preços dos combustíveis alavancados pelo estouro da guerra entre Rússia e Ucrânia. Além disso, baixou impostos federais e estaduais em relação à gasolina e ao etanol. Entre outras questões e entraves, o governo aumentou o principal programa social do país, rebatizado de Auxílio Brasil³.

Eleito em 2018 com um discurso antissistema, Bolsonaro se aproximava da “velha política” novamente e o establishment voltava aos eixos para uma nova disputa. Além do então presidente que, em 2022 tentou a reeleição pelo PL de Valdemar Costa Neto, estavam no páreo o ex-presidente Lula, pelo PT, e candidatos que representavam uma alternativa, apelidada de terceira via. Eram ele Ciro Gomes, do PDT (Partido Democrático Trabalhista), Simone Tebet, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), Luiz Felipe d’Avila, do Partido Novo, e Soraya Thronicke, do União Brasil.

Por mais que a ideia de uma terceira via tenha sido esperada por parte dos brasileiros que não se aproximavam do bolsonarismo e ainda tinham na memória a força do antipetismo, as candidaturas não vingaram. Desde as primeiras pesquisas de

2 O teto de gastos foi proposto em 2016, no governo de Michel Temer. Sua finalidade é a de limitar o crescimento da maioria das despesas públicas à inflação registrada do ano anterior.

3 O Auxílio Brasil é um programa de assistência social criado em 2021. Foi desenvolvido para substituir o que era originalmente conhecido como Bolsa Família.

intenção de voto já estava claro que o páreo se daria sobre duas candidaturas específicas, intensificando ainda mais o clima de polarização que o país carregava durante os últimos anos.

A tal da polarização. A palavra que caiu na boca do povo, mas que não deixa de fazer sentido, caracterizou o processo eleitoral de 2022. A pesquisa “A cara da democracia”, publicada em 2022 e que reúne o auto posicionamento ideológico da população desde 2018, revelou que houve um aumento no número de brasileiros que se declaravam de direita, especialmente nos pontos extremos da tabela de autoclassificação. Além de apontar para o fim do fenômeno da “direita envergonhada”, a pesquisa demonstra a persistência de grupos extremamente radicais, cujos posicionamentos já eram percebidos quando temas como pandemia, vacina e isolamento social estiveram em pauta durante 2020 e 2021.

Mas se engana quem pensa que a polarização no eleitorado brasileiro surgiu em 2018, após a eleição de Jair Bolsonaro. Ela é um fenômeno recorrente na política brasileira. Aparece em um período mais longo, de 1994 a 2014, com o PT e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) como protagonistas e retorna fortemente estabelecida durante a presidência de Jair Bolsonaro, consolidando uma separação identitária que era rascunho nos pleitos anteriores. Através de um discurso intenso contra as instituições democráticas brasileiras, alimentação constante da desconfiança em relação a imprensa, urnas eletrônicas e judiciário, o ex-presidente calcificou a ideia de que apenas um único grupo teria o “direito legítimo de representar o Brasil”. Não havia espaço para o “outro” no debate.

O resultado seria o de uma disputa extremamente acirrada entre dois candidatos. Ainda em julho de 2021, segundo uma pesquisa Genial/Quaest, Lula indicava uma maior intenção de votos. A pesquisa foi realizada com certa antecedência — sem conside-

rar as formações de palanques, outras possíveis candidaturas e a formação de chapa do PT com o PSB, tendo o nome de Geraldo Alckmin como vice do petista.

Já em março de 2022, Lula e Bolsonaro inauguraram o primeiro Datafolha do ano. O petista demonstrava 43% das intenções de voto na pesquisa estimulada, frente a 26% do adversário. Na pesquisa espontânea Lula estava com 32% e Bolsonaro com 23%.

Em maio, o petista aumentou a distância, abrindo 21 pontos sobre Bolsonaro (48% e 27%, respectivamente). Na espontânea essa vantagem também cresceu. Lula, que tinha 32% em março, chegou a 38%, enquanto Bolsonaro foi de 26% para 22%.

Mas, já no início oficial da campanha, em meados de agosto, a distância entre os principais candidatos da disputa encurtava e o pacote de “bondades” planejadas pelo governo surtiu efeito em parte do eleitorado, melhorando os patamares do candidato à reeleição nas pesquisas de intenção de voto.

A possibilidade de a disputa se resumir em um só turno com a vitória de Lula — cenário que parecia possível nas primeiras pesquisas divulgadas — se dissipou com as movimentações mais precisas do início oficial das campanhas. Cada vez mais próximos do primeiro turno, os candidatos atingiam seus respectivos tetos nas intenções de voto e tentavam manejar as rejeições no eleitorado. Jair Bolsonaro ganhou terreno em dois segmentos que foram essenciais para sua vitória em 2018: brasileiros de renda média e evangélicos, apoiado, também, por seus aliados das Forças Armadas brasileiras. Já o petista, garantiu uma maior influência no público de baixa renda. Uma das linhas centrais do PT era retomar em seus discursos a paternidade dos programas sociais que o governo Bolsonaro havia alterado, lembrando o cenário econômico de seus primeiros mandatos, além de tentar diminuir as resistências entre os segmentos do agronegócio e religioso.

Durante o intenso ciclo eleitoral, pode-se dizer que — segundo as pesquisas de intenção de voto, Datafolha, Ipec e Genial Quaest —, a parcela de mulheres, eleitores de baixa renda e católicos apoiaram, em sua maioria, o candidato Lula. Já segmentos de eleitores homens, de renda média para alta e evangélicos declararam maior apoio a Bolsonaro.

Enquanto a campanha do petista obteve avanços no esforço de construir uma frente ampla contra Bolsonaro, reunindo nomes como o de Geraldo Alckmin para vice de sua chapa, além de Marina Silva, nome influente em questões ambientais, o candidato à reeleição aperfeiçoava um discurso direto à base consolidada a partir de 2018. Frente a isso, as falas de Jair Bolsonaro não miravam apenas as candidaturas adversárias, mas também as pesquisas de intenção de voto, o próprio sistema eleitoral e o regime democrático de direito.

Com a possibilidade de derrota à frente, Bolsonaro ampliava a violência de seu discurso. Os xingamentos direcionados ao ministro do Supremo e presidente do TSE na época do pleito, Alexandre de Moraes, foram uma das marcas da última eleição. O candidato abusava da retórica de que, em 2022, o sistema não era apenas representado pela classe política tradicional, mas também pelo TSE e STF.

Na lógica bolsonarista, as cortes estariam beneficiando a esquerda para que a política tradicional pudesse voltar aos eixos. Ao mesmo tempo, a campanha de Lula explorava as consequências de tal retórica, para demonstrar que o risco da reeleição de Bolsonaro e seus aliados não significaria somente uma derroca-da na economia, mas no próprio regime democrático.

Democracia em jogo

“Nós, que éramos os outros, agora fazemos parte desta nova carta. Somos jovens, negros, periféricos, uma nova intelectualidade que é fruto da escola pública, das quebradas e das favelas”, disse a estudante de direito Manuela Morais, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, durante o ato de leitura da carta pela democracia, na quinta-feira dia 11 de agosto de 2022. O trecho do discurso foi parte de um ato simbólico a poucos dias do começo oficial da campanha eleitoral.

Aqui, o ato não é lembrado pelo seu tamanho — até porque não foi captada uma dimensão de alta penetração em partes da sociedade que não estivessem próximas da academia e do empresariado — e sim pela sua parcela de simbolismo frente à escalada do golpismo desenhado por Bolsonaro e seus apoiadores.

No pátio da universidade, o verde e amarelo foram usados de um jeito diferente. Faixas em defesa do estado democrático de direito compunham a paisagem, marcada pelo silêncio daqueles que ouviam os discursos. Jornalistas que presenciaram o ato relataram que ele não parecia algo ligado às esquerdas. Um tanto quanto descentralizado, era um pontapé inicial para levar a temática da defesa das instituições e da democracia para o debate de uma eleição tensa e acirrada.

De ângulos diferentes, e apoiado por parte do empresariado brasileiro, estudantes e entusiastas de uma terceira via, aquele era um ensaio para inibir um enredo golpista que estava em curso.

Apesar de despertar partes dos eleitores que não estavam organizados e engajados, a data não foi maior do que o 7 de setembro, dia de celebração da Independência do Brasil, que mais uma vez ficou marcado pela partidarização da extrema direita do país.

A hora da TV

Em agosto, antes das mobilizações do Bicentenário da Independência portanto, as inserções de rádio e televisão começavam. Era a hora da TV, momento em que os candidatos poderiam ampliar suas jogadas, aparecendo nos horários eleitorais e telejornais, com sabatinas e debates. Para as candidaturas da terceira via, essa foi uma boa oportunidade de exposição e crescimento, como apontaram as pesquisas realizadas pelos monitoramentos de intenção de voto, principalmente após o primeiro grande debate organizado por um pool de emissoras. Já para os candidatos que protagonizaram o pleito, estavam em jogo os obstáculos em relação às respectivas rejeições e pautas delicadas, como corrupção e a agressividade frente às instituições brasileiras e ministros do STF.

A Rede Globo realizou sua tradicional rodada de sabatinas com os candidatos, conduzidas pelos âncoras William Bonner e Renata Vasconcelos. As entrevistas para Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) foram como um respiro, ou um pequeno impulso. Diferente dessas candidaturas, Lula e Bolsonaro já eram nomes penetrados no eleitorado. Portanto, não era necessário se apresentarem, mas sim se projetarem nos eleitores indecisos.

De um lado, o petista patinou um pouco ao ser questionado sobre a corrupção nos anos em que o PT esteve no poder. Do outro, seu adversário tentou se esquivar de sua própria agressividade, mas não se conteve. Ao ser questionado por Bonner sobre sua aproximação com o centrão, o então chefe do Executivo afirmou que o âncora estaria o “estimulando a ser um ditador” ao criticar a relação com tais partidos.

Pouco depois, aconteceu o primeiro grande debate. Folha de S. Paulo, UOL, TV Bandeirantes e TV Cultura se juntaram em um pool para promover o debate entre candidatos à presidência,

no dia 28 de agosto. Apesar da resistência de algumas candidaturas frente ao formato, todos compareceram. O primeiro confronto direto entre os dois mais bem colocados na disputa marcava também a volta do petista aos debates — seu último embate havia sido em 2006, quando disputava a reeleição contra o ex-governador Geraldo Alckimin — e uma nova dinâmica para Bolsonaro que, em 2018, participou de apenas dois eventos do tipo antes do incidente da facada, em setembro daquele ano.

Apesar de expor as fragilidades dos presidenciáveis, o debate não foi capaz de mudar o jogo, embora tenha garantido ainda mais exposição às candidaturas de terceira via — em especial Simone Tebet, do MDB, que confrontou Jair Bolsonaro e Lula em diversos momentos. Mas, em linhas gerais, nada fugiu do esperado. Os candidatos tornaram o atual chefe do Executivo o alvo principal e ele, por sua vez, mostrou irritação ao falar sobre economia e a participação das mulheres na política.

Banhado por misoginia, o debate que levantou pautas clássicas — como corrupção, economia e desemprego — teve, como tema principal, as mulheres, principalmente após o ataque de Bolsonaro à jornalista Vera Magalhães. Questionado pela apresentadora da TV Cultura sobre vacinação, Jair Bolsonaro insultou a jornalista ao vivo. O momento de tensão marcou o debate e foi responsável, mais adiante, por mais ataques direcionados a Vera durante o resto do período eleitoral.

Naquele momento, a candidata Simone Tebet saiu em defesa da jornalista e, também, se tornou alvo de insultos do candidato durante o debate. A importância de pensar sobre a questão das mulheres e o eleitorado que representa esse segmento viria a se tornar um ponto chave de ambas as principais campanhas mais adiante.

Como qualquer eleição, os desafiantes se sentem mais confortáveis e incentivados a lançar críticas ao atual governante e, de maneira geral, foi isso o que aconteceu naquela noite. Enquanto Lula falou sobre o passado, Bolsonaro bateu na tecla do antipe-tismo e em informações falsas, inúmeras vezes, para conversar com sua base. Os movimentos tinham como objetivo criar uma desconfiança frente a uma possível vitória de Lula no primeiro turno. De certa forma, os discursos estavam cristalizados.

Um longo ciclo eleitoral

A um mês do dia 2 de outubro, a justiça eleitoral e os demais poderes se movimentavam para o que já se imaginava ser uma eleição permeada por tensão. No dia 7 de setembro seria celebrado o Bicentenário da Independência do Brasil e os atos que aconteceriam ao redor do país provocavam certa ansiedade. Afinal, em diversas oportunidades o atual mandatário bradava aspirações antidemocráticas e golpistas.

Em 2021, com o desfile tradicional suspenso devido à pandemia, Bolsonaro não deixou de insuflar o golpismo. Em uma campanha antecipada, chamou apoiadores para a rua a fim de ganhar força na reta final da disputa. Dias antes, no sul do país, Bolsonaro ensaiava seu discurso, xingando o ministro Alexandre de Moraes de “vagabundo” em razão de uma investigação contra empresários bolsonaristas por disparos de mensagens golpistas em aplicativos de mensagem.

Para as autoridades envolvidas no planejamento das eleições, que enfrentavam constantemente ameaças e eram alvo de desinformações, o ato era considerado imprevisível. As desconfianças sobre as urnas eletrônicas já haviam sido cultivadas por

um longo tempo, tanto por Bolsonaro quanto por sua base de apoiadores. Nesse cenário, ministros dos tribunais superiores e demais parlamentares já esperavam tumulto.

A violência política no Brasil sempre foi uma realidade palpável. No entanto, a intensidade das coisas mudou um pouco com a disputa em 2018 e o episódio em que o então candidato Jair Bolsonaro levou uma facada durante um ato na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Em 2022, a tensão não foi diferente. Em certas ocasiões, a violência se mostrou até mais latente e o 7 de setembro seria um momento de atenção. Diversos estados pediram ajuda das Forças Armadas para reforçar a segurança dos atos e durante o primeiro turno, tudo devido à tensão política. Também, na véspera do ato, o ministro do STF, Edson Fachin, determinou restrições para o número de armas e munições que poderiam ser obtidas por CACS (caçadores, atiradores e colecionadores), sob o argumento do aumento da violência política durante a campanha eleitoral. A decisão desagradou bolsonaristas e acirrou a relação da corte com o próprio candidato.

A adesão ao ato foi grande. Apoiadores de Bolsonaro chegaram à Esplanada dos Ministérios, em Brasília e, na Avenida Paulista, em São Paulo, através de caravanas financiadas por uma série de empresários. Todo um esforço para ver e ouvir o “mito”. As mensagens de WhatsApp monitoradas pelas empresas de tecnologia Palver e Crowdtangle revelaram que havia orientações para que apoiadores levassem faixas demonstrando o apoio às Forças Armadas em diversos idiomas, para que pudessem aparecer nos jornais ao redor do mundo. Frisavam que o ato não era em comemoração à candidatura de Bolsonaro, muito menos uma festa. Mas, acima de tudo, uma luta pela “liberdade e contra o comunismo!”.

Enquanto a campanha do petista o aconselhou a não se manifestar de forma direta na comemoração do Bicentenário, para que não fosse interpretado com um tom provocador a menos de um mês do primeiro turno, o então chefe do Executivo se preparou para, mais uma vez, usar e abusar de seu discurso autoritário e transformar o que, até então, era uma celebração cívica em um ato eleitoral. A manobra ocorreu em um momento em que o candidato se mantinha na segunda posição nas intenções de voto e procurava uma imagem de apoio popular para além das pesquisas.

Os atos organizados por sua campanha cumpriam a função de incorporar insinuações de ruptura, endossados pelas Forças Armadas, lembrando momentos como o da Ditadura Militar. “Quero dizer que o brasileiro passou por momentos difíceis, a história nos mostra. 64,65,16,18 e agora, 22. A história pode se repetir. O bem sempre venceu o mal”, disse em um dos atos.

Essas mensagens e o questionamento constante do sistema eleitoral serviam como o principal ativo eleitoral de Bolsonaro, reforçando sua vestimenta preferida, a de um adversário do sistema político. O mandatário deixou de lado a celebração da data histórica e fez dos carros de som palanques para comícios em Brasília e no Rio de Janeiro. Além da narrativa persistente de desconfiança nas urnas eletrônicas, o ato no Distrito Federal foi banhado por um tom machista. Para seus apoiadores, Bolsonaro entoou o grito de “imbrochável”, que repercutiu nas redes sociais.

Alguns jornalistas relataram um ambiente hostil na cobertura desses atos, tanto em Brasília quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro. Entre alguns casos, a jornalista Aline Porcina, repórter da TV Cultura, sofreu ameaças de apoiadores do presidente, na Avenida Paulista. Ela estava acompanhada de seus colegas no vão do MASP quando um homem se aproximou e disse que um

repórter tinha ficado com o “olho roxo em Brasília”. Segundo o relato compartilhado com o monitoramento da FENAJ, mesmo com a presença de policiais próximos ao local, os apoiadores não se sentiam coibidos a agredir a imprensa.

Em sua maioria vestidos de camisas verde e amarela, pediam o impeachment de alguns ministros da Suprema Corte e endossavam as ameaças golpistas. Resgatar momentos como esse, que marcaram os dias antecedentes ao primeiro turno do pleito, é necessário para compreender o clima e o contexto da disputa. E, por mais que, em toda disputa eleitoral a pauta da democracia se faça presente, em 2022 ela se mostrou ainda mais.

Por mais que houvesse um apoio a uma ruptura democrática por parte de apoiadores de Bolsonaro e aliados, a defesa de que a ditadura seria uma melhor opção que a democracia, chegou ao seu menor índice na série histórica medida pelo Datafolha desde 1989. Mesmo polarizado, o cenário mostrava que o apoio à democracia entre os brasileiros chegava ao seu patamar mais elevado. A pesquisa demonstrou que 75% das pessoas concordavam que a democracia é sempre a melhor forma de governo.

Dali há uns dias o país assistiria a um primeiro turno acirrado e a uma apuração que escancarou a força do bolsonarismo no país.

Domingo, 2 de outubro, as urnas apuradas ditavam que a eleição seria, como nas cinco eleições presidenciais anteriores, decidida no segundo turno, em 30 de outubro. Ao final do primeiro dia de votação, com 99,95% das urnas apuradas, o petista ainda estava na frente, somando 48% dos votos ante 43% do adversário. O clima de uma frente ampla ainda maior começava a se desenhar, com acenos da candidata Simone Tebet, do MDB. Com 4% dos votos, ela se aproximou de Lula para a disputa no segundo turno

na tentativa de frear o candidato de extrema direita. Ciro Gomes, do PDT, recebeu 3% dos votos e não teve a mesma postura que a colega, embora seu partido tenha declarado apoio ao petista.

“É apenas uma prorrogação”, disse o então ex-presidente, que esperava derrotar Bolsonaro logo no primeiro turno. Segundo Lula, essa seria uma “segunda chance” para ampliar suas alianças. Por outro lado, Bolsonaro demonstrava confiança e surpresa pela conquista de cadeiras no Senado e Câmara por candidaturas aliadas. Se disse aberto para conversas com Ciro e Tebet, afinal, aqueles votos importariam mais do que nunca, para ambos os candidatos remanescentes. Também, não deixou de, mais uma vez, atacar o sistema de urnas eletrônicas.

O conservadorismo marcou presença nos resultados do primeiro turno, aflorando ainda mais as ansiedades dos eleitores. Em uma disputa histórica e considerada a mais acirrada dos últimos tempos, as urnas apuradas na noite do dia 30 de outubro de 2022 apontaram Luiz Inácio Lula da Silva como o mais novo presidente da República. O petista venceu com 50,9% dos votos válidos, a menor margem da história numa disputa presidencial no Brasil desde a redemocratização.

A imprensa e seu posicionamento

“Nós vamos pela notícia, mas, ao mesmo tempo, nos preservamos. Tínhamos uma orientação clara de não nos expormos toda hora”, explica Carla Araújo, repórter e chefe da sucursal do UOL em Brasília. Ao contar histórias sobre a intensidade da cobertura política durante as eleições presidenciais, a jornalista relata que uma das primeiras orientações aos jornalistas que iam para a rua apurar era a de se proteger e de não se colocarem em situações de risco.

Segundo Carla, durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro, a imprensa brasileira ficou ainda mais vulnerável e, ainda que de maneira inconsciente, realizou um movimento de se auto proteger. “Aqui em Brasília não gostam muito de falar sobre isso dessa maneira, mas foi uma realidade. De um jeito ou de outro, foi formada uma espécie de “pool”, entre alguns veículos”, conta.

A interpretação vem lá de trás, ainda na pandemia, quando veículos da imprensa mais tradicional se juntaram em um consórcio⁴ a fim de levantar dados, informações sobre a doença, número de casos e combater desinformações sobre a situação. “Depois disso, vimos o mesmo movimento – ainda que inconsciente – de fazer o “fato ou fake”, durante a eleição, o que foi fundamental”, explica Carla.

Os movimentos citados por Carla se encaixam em um posicionamento de alguns veículos da imprensa brasileira frente às hostilidades e às ameaças antidemocráticas desempenhadas, em sua maioria, pelo próprio presidente da República e seus aliados.

Em 2019, antes da pandemia e da campanha eleitoral, no primeiro ano de mandato de Bolsonaro, os episódios no “cerca-dinho” do Palácio da Alvorada renderam cortes que viralizava nas redes sociais, tornavam-se nota nos telejornais e alimentavam uma estratégia de comunicação única do presidente. Um espaço público passou a ser um ponto de encontro diário entre o presidente e jornalistas. Apoiadores apareciam lá também para ver a chegada e saída do chefe do Executivo e, em resposta a hostilidade proferida pelo próprio presidente, os apoiadores também começaram a agir de forma hostil.

4 Criado em 2020 para combater desinformações sobre a pandemia de covid-19, o consórcio era composto por jornalistas do jornal O Globo, G1, Folha de S. Paulo, Estadão, Extra e UOL.

Nascia o “cercadinho”, uma estrutura de metal colocada perto da guarita para afastar jornalistas e apoiadores. Mencionar esse elemento é importante para compreender as mudanças na relação com a imprensa. Foi uma ação inédita e Bolsonaro testava, naquele espaço, a adesão dos eleitores que iam visitá-lo. Através da estrutura de metal, sua dinâmica de um discurso persuasivo era alimentada, ao mesmo tempo em que atacava jornalistas que estavam lá para questioná-lo. Era uma maneira de demonstrar seu desprezo e estimular apoiadores a tratar a classe com hostilidade também.

“Chegou um momento em que as redações deliberaram e a gente parou de ir ao cercadinho”, explica Carla. Segundo ela, as hostilidades eram diárias e apoiadores chegavam a jogar lixo nos repórteres e fotógrafos. Por mais que os passos para trás fossem necessários, surgiram dúvidas de como continuar a cobertura do que o então presidente falava diariamente. Como não comentar os absurdos diários? Como não reportar cada ataque? Como não tentar barrar cada indício de desinformação?

Carla diz ter tido a “sorte” de ter ido poucas vezes ao cercadinho. Na época, como repórter do Valor Econômico, perguntou ao presidente sobre a relação do governo com Joaquim Levy — até então, presidente do BNDES. A repórter foi rebatida com “Você é surda?”. Após um respiro, a pergunta foi feita novamente, mas a segunda tentativa não foi muito diferente. Sem muitos resultados, a conclusão mais adiante na redação era a de que não seria possível “pisar” – dar a informação a todo o momento – tudo o que Bolsonaro falava. Dessa forma, estariam oxigenando seu discurso hostil e aumentando o risco de replicar desinformações.

Tratar sobre o papel da imprensa, principalmente em momentos de tensão como os de uma campanha eleitoral, sempre será um campo repleto de obstáculos. Há quem reclame das omissões,

assim como há quem insista em um posicionamento mais assertivo dos veículos. Atravessando, ainda uma crise de “desconfiança”, não só no Brasil, a imprensa retomou seu reconhecimento com a postura adotada durante a pandemia de covid-19. Enfrentando as mudanças impostas pela revolução digital, esteve lá para separar a notícia devidamente apurada dos rumores e desinformação.

Como a repórter comenta, o consórcio de veículos de imprensa criado no início da pandemia, atravessou não apenas os desafios impostos pelo desconhecimento de uma doença mortal como também, o da desinformação, constantemente atrelada à política. Além da figura do mandatário, que utilizava a máquina pública como combustível para fake news de seu interesse, o país também passou por uma disputa eleitoral para cargos municipais em 2020. A mistura de pandemia, desinformação deliberada pelo próprio presidente da República e uma disputa eleitoral — ainda que para prefeitos e vereadores — exigiu, mais uma vez, uma postura assertiva da imprensa.

Pode-se dizer que esse posicionamento de uma tentativa pela retomada de sua credibilidade, tomado pela imprensa tradicional, perdurou durante a disputa eleitoral de 2022.

De acordo com a pesquisa Barômetro da Confiança 2021, da agência global de comunicação Edelman, com sondagens realizadas em outubro de 2020, a confiança na imprensa havia subido em relação ao ano anterior, com 48% dos entrevistados afirmando acreditar na imprensa tradicional, redes sociais, sites e plataformas de busca. E, apesar de ter subido 4 pontos, o percentual ainda é considerado negativo pela pesquisa que avalia que o Brasil ainda não alcançou uma prática de informação limpa, engajando com noticiários e amplificação de verificação de informações.

Mas, para além disso, junto de outras esferas sociais, houve uma tentativa de resgatar uma espécie de debate público mais fun-

cional no país. Diferentemente de 2018, a maioria das redações reconheceram, de início, os riscos de uma eleição violenta em 2022.

O posicionamento mais assertivo de veículos e repórteres, denunciando as falas golpistas de Bolsonaro e aliados, a violência política nas ruas, o esquema de distribuição de verbas parlamentares por meio do orçamento secreto, a desinformação constante, foi essencial para frear a escalada de um discurso extremista.

Depois dos últimos pleitos, não somente na política brasileira, mas também ao redor do mundo, não existem dúvidas sobre os impactos negativos da presença da desinformação no debate público. Hoje em dia, estudiosos do campo da comunicação e da ciência política tentam entender se, de fato, a desinformação é capaz de mudar a rota de uma eleição.

Em meio ao aumento de ataques personificados, a lógica de grupos e um debate cada vez mais insuflado pela desinformação, o jornalismo tenta driblar as constantes tentativas de descrédito e intimidações. A imprensa lidou nas últimas eleições —e continuará a lidar— com uma realidade de hiper conexão cada vez mais latente, permeada pela crescente presença das redes sociais nas mobilizações políticas. Em xeque pelos ataques constantes de políticos miméticos como Jair Bolsonaro e figuras da extrema direita, o jornalismo profissional resiste para manter sua relevância no debate público. O processo é longo e terá de atravessar o clima de ódio que caracteriza a política na era digital.

III. A descrédibilização sistêmica da Imprensa

Começo este capítulo com um olhar um pouco mais pessoal. Contando um momento da eleição de 2022 em que pude presenciar as hostilidades que rolavam soltas contra jornalistas. Imagino que, a partir de então, inconscientemente, passei a pesquisar um pouco mais e me interessar sobre o que estava por trás de uma tensão tão latente quanto a da política com o papel da imprensa.

Na época, estagiária de jornalismo da TV Cultura, participei da equipe de produção do debate entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo. Entre eles estavam Fernando Haddad (PT), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Rodrigo Garcia (PSDB), Vinícius Poit (Novo) e Elvis Cezar (PDT). Lembro-me de um debate em que os participantes seguiram as regras do jogo. Embora houvesse questões claramente estratégicas entre a eleição do próximo governador de São Paulo e do próximo presidente da República, as tensões entre os candidatos no palco do Memorial da América Latina estavam contidas. Esse foi o dia do episódio em que o deputado Douglas Garcia hostilizou a jornalista Vera Magalhães ao final do debate. No caso, lembro-me de escutar o então deputado, que fazia parte da comitiva do candidato do Republicanos, atacando Vera com as mesmas palavras utilizadas por Jair Bolsonaro algumas semanas antes, em um outro debate. “Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”, disse Douglas,

com o celular na mão. A ofensa, além de marcar um episódio de violência, demonstrou a existência de um discurso já enraizado contra o jornalismo e a imprensa. Era uma estratégia.

Segundo o monitoramento realizado nos últimos anos pela FENAJ e ABRAJI — consultados a todo o momento durante o processo de escrita deste livro-reportagem — Jair Bolsonaro, ex-presidente da República, realizou 570 ataques à imprensa e aos jornalistas entre 2019 e 2022. Sem contar as hostilidades promovidas e encorajadas por sua cúpula de aliados.

Como já demonstrado ao longo dos primeiros capítulos, a violência contra jornalistas não nasceu quando Bolsonaro passou a ocupar a cadeira da presidência. Ela já existia e fez parte dos anos em que o Partido dos Trabalhadores se manteve no poder. Também, eleitores e apoiadores do partido desempenhavam papel crítico frente a alguns veículos midiáticos. Por mais que tal postura seja natural dentro do ambiente da liberdade de expressão, certas críticas pendiam mais para o lado da hostilidade.

Em seu livro “Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise”, o cientista político Miguel Lago joga luz sobre a ideia de uma desconfiança que seguia a imprensa feito sombra durante a década de 2000. Aqui, em especial, quando a internet estava longe de ser o que é hoje em dia, blogs e páginas surgiam como forma de apoio a Lula e como contraponto à cobertura da imprensa tradicional, considerada tendenciosa ao falar sobre o petista.

Havia um desconforto entre os apoiadores e eleitores de esquerda com (o que enxergamos como) a imprensa tradicional, principalmente no começo da década. Em 2005, quando as notícias sobre o escândalo do Mensalão tomavam forma, os embates na política não eram dos mais fáceis. Os veículos intensificaram suas coberturas e a agressividade recorrente no debate público

brasileiro também aumentou. O que não estava nem perto de ser avistado era o clima de ódio e hostilidade que esse tom viria a ganhar após as manifestações de 2013, um impeachment e a ascensão de um líder de extrema direita no país.

Categorias como agressões verbais, ataques físicos e censura já não eram o suficiente para interpretar a recorrência das hostilidades. Foi então que, a partir de 2019, os relatórios desenvolvidos pela FENAJ e Abraji passaram a apresentar com mais frequência, o termo descredibilização. A interpretação — não somente dessas organizações, mas também de estudiosos da comunicação e da política brasileira — é a de que durante o ciclo de Jair Bolsonaro na presidência, houve uma institucionalização da violência contra jornalistas. Como parte da rotina, essa era uma prática sistemática e, como toda estratégia política, carregava interesses.

Samira de Castro, presidente da FENAJ e integrante do comitê executivo do Conselho de Gênero da Federação Internacional do Jornalista, diz que “quando o ex-presidente Bolsonaro tomou posse, se notou um crescimento exacerbado dessa violência a partir de um discurso oficial”. Foi aí que a organização resolveu dedicar uma parte do monitoramento às falas oficiais do então mandatário. Dois diretores eram responsáveis por analisar todas as redes sociais, discursos oficiais e lives. Uma atividade que notou um critério específico de ataque, nomeado então como descredibilização da imprensa.

Samira enfatiza que, até então, essa não era uma categoria presente nos relatórios. “Mas na época do Lula também havia críticas à imprensa? Claro. Mas o ponto é: a crítica é uma coisa, a descredibilização é diferente. É você colocar em xeque tudo o que fundamenta a atividade jornalística. Ou seja, a informação de interesse público baseada na realidade factual.”

Além dessa categoria que carrega resquícios e consequências permanentes para o exercício da profissão, mesmo passadas as eleições, continuaram em alta as demais formas de violência indicadas pelos monitoramentos da FENAJ e Abraji. Entre elas estão agressões físicas; ameaças e intimidações; agressões verbais; censuras; ataques cibernéticos; assassinatos; atentados; injúrias raciais; restrições de acesso à informação e cerceamento por meios judiciais.

Nos quatro anos de seu mandato, Jair Bolsonaro foi o principal autor dos casos de hostilidades direcionadas aos veículos de comunicação e jornalistas. De 2019 a 2022, realizou 570 ataques, uma média de 142,5 agressões por ano, o equivalente a um ataque a cada dois dias e meio. Difícil seria se tamanha recorrência não se incorporasse no discurso de seus apoiadores.

“Quadrúpede”, “Cala a boca”, “Não podem contratar qualquer um para ser jornalista e falar besteira”. Frases corriqueiras que garantiam a perpetuação de uma narrativa específica.

Em 2021, Bolsonaro rebateu uma repórter da TV Aratu, durante a inauguração de um trecho da BR-101, na Bahia. “Você não tem o que perguntar, não? Deixa de ser idiota”, respondeu o presidente à repórter Driele Veiga, que questionava sobre uma foto postada por Bolsonaro, dizendo ‘CPF cancelado’, num período de alta de mortes devido a covid-19.

Para cidadãos de diferentes esferas sociais, não necessariamente da área da comunicação, o comportamento soava como “engraçado” e “banal”. Já para a classe de jornalistas eram claras as possibilidades de um exercício intranquilo da profissão, visto que os insultos não vinham de uma figura qualquer, mas sim de um presidente. “Isso acabava se transformando em uma senha. Uma autorização para que seus eleitores, apoiadores políticos, fizessem o mesmo”, diz Samira.

Foi exatamente isso que o Deputado Federal Douglas Garcia fez, ao final do debate entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo.

Por isso, ao longo do mesmo período, houve uma explosão das agressões cometidas por aliados e apoiadores do ex-presidente. O ano de 2022 tem como uma das principais características o fato de que eleitores de Bolsonaro e parlamentares aliados chegaram ao segundo lugar na lista de autores de ataques. Esses dois grupos foram responsáveis por 80 episódios de violência, um aumento de 300% em relação ao número registrado no ano anterior, em 2021.

Aconteceu, como em tantas outras vertentes de seu discurso, uma oxigenação. Era a tentativa constante de dominar a narrativa, mesmo que ela fosse baseada em mentiras. A insistência se deu em um discurso adotado desde o início do governo, insinuando que a imprensa o perseguia — assim como outras instituições de poder também o faziam — e mentia, sendo ela a verdadeira “fábrica de fake news”. No ano da eleição mais fervorosa do país, o ex-presidente foi responsável por 104 casos de agressões, sendo 80 desses episódios categorizados como desacreditação da imprensa e, o restante, ataques diretos, verbais — em sua maioria, direcionados a mulheres.

Tocar no ponto da desacreditação, para aqueles que atuam no mundo da comunicação diariamente, parece simples e óbvio de se entender. A problemática que esse tipo de ataque envolve está diretamente ligada à saúde do debate público, e às discussões sociais que se tornam naturalmente mais quentes em períodos eleitorais. É uma estratégia potente e delicada, principalmente quando se vive na época em que os fatos capazes de serem

comprovados causam menos influência do que as convicções pessoais. Em outras palavras, na era da pós-verdade¹. Na época em que o viés de confirmação² é a rota mais escolhida.

Este entrelace de conceitos se faz importante para compreender que a postura hostil do ex-mandatário não era apenas um ato. Não era um trejeito. Mas, sim, parte principal da construção de uma narrativa baseada em seus próprios interesses, ligados a um projeto específico de país. A persuasão já não era o bastante para moldar a cabeça das pessoas, principalmente daqueles que raramente se envolviam com a política. Entrava em cena a necessidade de um domínio informacional, a partir da desacreditação daqueles que possuíam a inteligência da apuração, comprovação de um fato, capazes de desvendar os rumores e notícias falsas. Em um contexto de crescente participação das redes sociais neste debate.

O acesso à internet aumentou consideravelmente nesses últimos anos aqui no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, cerca de 45,9 milhões de brasileiros ainda não tinham acesso à internet. O número corresponde a 25,3% da população com 10 anos ou mais. Naquele ano, 74,7% dos brasileiros tinham acesso à internet. Já em 2021, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, demonstrou que o país tinha 65,6 milhões de domicílios conectados, sendo 90,0% com acesso à internet.

E, como era de se esperar, as redes sociais ganharam um espaço relevante nesse debate. Logo, uma peça importante na engrenagem dessa estratégia de comunicação política. Ao somar

1 De acordo com a Academia Brasileira de Letras, o conceito da pós-verdade se dá pela “distorção deliberada da verdade, caracterizada pelo forte apelo emocional”.

2 O viés de confirmação é um conceito psicanalítico usado para descrever a procura por informações capazes de confirmar as opiniões e crenças já existentes daquele que está pesquisando.

esses dois elementos — a descredibilização da imprensa e as redes sociais — o cenário dos últimos quatro anos e das eleições passadas são o de uma disseminação de discursos contra jornalistas cada vez mais intensa, que surge dos níveis mais altos da administração pública do país. Do próprio presidente da República e dos parlamentares à sua volta e não tem um fim delimitado no compartilhamento.

“Passadas as eleições de 2022, já em 2023, a gente ainda vê que esse discurso contra a imprensa continua vivo em deputados federais, senadores, governadores e prefeitos que, hoje, compartilham dessa ideia de que a imprensa é um adversário de seus interesses políticos”, diz Beatriz Barbosa, Coordenadora de Incidência da Repórter Sem Fronteiras na América Latina. Segundo Beatriz, perpetua-se uma lógica constante de “permanente intimidação e tentativa de descredibilização, apoiados por um ambiente digital permissivo”.

Dentre tantas características diferentes entre um período eleitoral e outro, podemos constatar que uma das principais mudanças entre a campanha de 2018 e a de 2022 foi a presença de um grupo que já cultivava uma relação tensa com a imprensa no poder. Esse grupo, que vestiu a camisa de uma direita mais extremista, calcada na porosidade do ambiente digital, passou quatro anos constituindo uma campanha sistemática e institucionalizada contra a imprensa mais tradicional. Não à toa, o slogan “Globo Lixo”, resgatado da época da Lava-Jato, tornou-se mais frequente e foi utilizado por Bolsonaro, principalmente em suas lives.

Como característica desse embate contra imprensa, Bolsonaro e aliados tinham como estratégia a escolha de personas específicas que, de certa forma, representavam parte do jornalismo. Sua relação com William Bonner, por exemplo, âncora do

Jornal Nacional, foi uma das mais emblemáticas. Escolher como alvo o telejornal de horário nobre mais assistido ao redor de todo o país não era mera coincidência.

Durante a campanha eleitoral de 2022, a pesquisa Genial Quaest revelou que a maioria dos eleitores (39%) se informava pela televisão. As redes sociais ficaram em segundo lugar (28%).

Mesmo que, hoje em dia, cidadãos comuns se informem cada vez mais pelas redes sociais, a presença do Jornal Nacional na sala de estar das pessoas, e principalmente no imaginário delas, é um fator inegável. Descredibilizar o principal telejornal e fonte de informação de cidadãos do interior do país era um ponto chave.

Novamente, Beatriz pontua que um dos elementos centrais dessa institucionalizada campanha foi o contexto da pandemia de covid-19, em que a imprensa foi fundamental para informar a sociedade sobre os riscos da doença e as necessidades de medidas de isolamento. Isso se seguiu na divulgação sobre a importância da vacinação e a eficácia dos imunizantes, ainda em 2021, indo na contramão do que era o discurso oficial do governo naquele momento. “Pensando que estávamos no segundo ano desse governo quando a pandemia estourou, se tornou muito propício o momento de ir contra o que os jornalistas revelavam. Fazendo uso das redes sociais, das lives do presidente, dos perfis de seus filhos, ministros. Passou a ser uma posição mais organizada”, explica.

Após quatro anos de um mesmo discurso, situações de agressividade passam a ser banais. “Chegamos em uma campanha eleitoral em que esteve muito claro, também, a potencialidade dessa naturalização em um ambiente digital, transformando ataques digitais em ataques reais, nas ruas”, diz a jornalista do Repórter Sem Fronteiras. Ela menciona uma característica notada por diversos estudiosos da comunicação e captada, também, pelos escritórios do RSF (Repórter Sem Fronteiras) espalhados

por vários países: a presença dessa tendência em governos mais próximos da extrema direita. “É uma política de comunicação que faz parte dessa espécie de governo. Percebida quando um veículo se torna alvo, um jornalista específico se torna alvo. Quando são feitas investigações e denúncias durante a cobertura”, explica.

Barbosa explica que há um quadro crescente da violência contra jornalistas em países na América Latina, a região onde se mata mais jornalistas excluindo as zonas de guerras. Nos últimos 20 anos, segundo a RSF, foram registrados 1.668 assassinatos de jornalistas e a América Latina corresponde por mais de 47% das ocorrências, tendo o México, Brasil, Colômbia e Honduras como os mais violentos.

Segundo a jornalista, há infinitas razões para minar a credibilidade da imprensa e essa é uma característica de governos mais autoritários, que apresentam conflitos institucionalizados. Apesar de, no Brasil, o comportamento ser mais recorrente no campo da extrema direita, Barbosa pontua que os monitoramentos realizados pelo RSF identificaram ataques de grupos de esquerda nas últimas eleições.

A ideia de “espetáculo”

A tal da descredibilização que o governo de Jair Bolsonaro gerou durante os anos de seu mandato e a campanha de reeleição em 2022, estão ligadas à noção de “espetáculo” cunhada por Guy Debord em “A sociedade do espetáculo”³. Não que o ex-presidente

3 O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem presente faz sobre si própria, o seu monólogo elogioso. É o autorretrato do poder no momento da sua gestão totalitária das condições de existência. (DEBORD, 2003, p. 15).

e seus aliados tenham pesquisado a fundo sobre o conceito, mas ele se relaciona fortemente com a imagem alcançada de ser um mito nas redes sociais e a maneira como alimentou suas audiências.

O conceito desenvolvido por Guy Debord diz que o espetáculo não se resume somente ao conjunto de imagens. Ele é um “modelo de relações sociais” em um mundo em que o que antes era o “verdadeiro” é tomado pelo “momento do falso”.

Tal lógica, não é exclusiva do ex-presidente. Ela foi abocanhada por diversos políticos profissionais que surfaram na onda de ebulições sociais e de uma nova direita. Mas não se restringiu apenas às paredes do congresso. Ganhando espaço nas redes, afetou o comportamento dos eleitores que passaram a procurar por políticos “engraçados”, “carismáticos”, “fora do padrão”, sem mesmo espiar o projeto de governo deles.

Utilizando a posição de poder a seu favor, o mandatário, com a ajuda constante de seus filhos — deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e senador Flávio Bolsonaro (PL-SP) — alimentava uma máquina de propaganda baseada em mentiras. Elas, por sua vez, imprimiam crenças em seus apoiadores, se apoiando no estímulo pela desconfiança na imprensa.

Em uma estratégia baseada na lógica de guerra “nós contra eles”, Bolsonaro elegeu diversos inimigos que não se restringiam somente à imprensa. Entre eles estavam indígenas, população LGBTQIAPN+, mulheres, professores. Qualquer contraponto a suas ações e escolhas era visto como um ferimento à sua liberdade. Bolsonaro construía esse pilar de sua comunicação e insistia na ideia de que, limitado pela Suprema Corte — especialmente na figura do ministro Alexandre de Moraes — mídia tradicional — principalmente Folha de São Paulo e Rede Globo — e certos políticos, não era livre para governar.

“Essa relação com a ciência, institutos de pesquisa e com a imprensa fazem parte de uma mesma postura populista que não é particular do Bolsonaro”, pontua Pablo Ortellado, filósofo e professor de Gestão em Políticas Públicas da USP. “Não há como saber se essa postura é apenas para criar uma mobilização. Essas convicções o tornam um genuíno antagonista das instituições representativas”, complementa.

De declaração em declaração. Live após live. Essa ideia adentrava o discurso reproduzido por sua base de apoiadores, utilizando-se da ferramenta das redes sociais, presentes desde 2018. “As redes sociais, antes vistas como um instrumento de ampliação da pluralidade e da participação política, foram infestadas pela desinformação, a partir de expedientes intencionalmente manipuladores. Os algoritmos das big techs estimularam os radicalismos”, explica Conrado Corsalette, co-fundador e editor chefe do Nexo Jornal, autor do livro “Uma crise chamada Brasil: a quebra da nova república e a erupção da extrema direita”.

Segundo Corsalette, “a imprensa tradicional, sem conseguir reagir ao caos informacional, minguou ainda mais diante de um déficit de financiamento — a publicidade que bancava suas operações migrou para o Facebook e o Google, por exemplo. Nos EUA, a antipolítica venceu com Trump. Na Europa, o Brexit isolou a Inglaterra. No Brasil, Bolsonaro chegou ao Palácio do Planalto”.

No jogo dos perfis em diferentes plataformas, não há intermediação dos partidos, a comunicação com a base é ainda mais direta. Não há a mediação do jornalismo, a experiência da apuração e o fato como núcleo da narrativa. Tal estratégia foi cultivada durante os anos de seu governo, intensificou-se em 2022 e, hoje, é utilizada por outros políticos por diferentes interesses e motivações.

O cercadinho no Palácio do Planalto

O desprezo nunca foi escondido. Pelo contrário, como parte do que sustentava a descredibilização, era frequente na sua postura. Era necessário desumanizar a figura do jornalista para que, desta forma, a hostilidade se tornasse cada vez mais comum em meio ao seu eleitorado. Segundo relatos de repórteres que estiveram durante a posse de seu mandato, a mudança de tom em relação à imprensa pôde ser sentida desde o dia 1. E o comportamento foi ampliado durante os últimos quatro anos.

Como parte de sua rotina semanal, as lives de todas as noites de quinta-feira realizadas nas suas redes sociais começavam com seus comentários sobre as mais recentes notícias. Ele mostrava as publicações, deixava claros os nomes dos veículos e os jornalistas que estavam por trás do que sempre chamava de fake news.

“Lamentavelmente parte da conhecida imprensa, sem o menor compromisso com a verdade, divulga informações distorcidas sobre uso do cartão corporativo. Mais uma irresponsabilidade desmentida durante nossa live de ontem”, disse Jair Bolsonaro em uma transmissão ao vivo em seu canal no Youtube, em março de 2019. Antes, uma série de veículos haviam reportado que os gastos do cartão corporativo da presidência tiveram aumento de 16% nos dois primeiros meses de mandato em comparação com os últimos quatro anos.

Ao falar diretamente com seus apoiadores, sem a intermediação do trabalho jornalístico, das checagens, a proximidade entre o político e sua base atinge um outro grau. Em seu primeiro ano de mandato, Bolsonaro utilizava o ambiente do “cercadinho”, área de acesso à portaria do Palácio do Planalto, como palco para seu “espetáculo”. “A voz que era utilizada contra os veículos e

jornalistas que estavam lá, era a mesma utilizada para atacar as instâncias democráticas”, pontua o professor e jornalista Eugênio Bucci.

Segundo Bucci, tal governo alcançou a narrativa “na instância da imagem ao vivo”, como estratégia para impor suas ideias no eleitorado. Era necessário causar controvérsias e travar um embate, seja com o veículo — como a Folha de S. Paulo e Rede Globo — ou com um alvo específico, na maneira com que se dirigia aos jornalistas que, no cercadinho, estavam apenas cumprindo o papel de seu trabalho: questionar.

Um dos episódios marcantes dessa época do cercadinho aconteceu após a divulgação do vídeo de uma reunião entre Bolsonaro e seus ministros em maio de 2020. Sim, foi nessa reunião que o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ficou lembrado por cunhar a frase “passar a boiada” e o ministro Sérgio Moro acusou o então chefe do executivo de tentar interferir no comando da Polícia Federal. O STF havia autorizado a divulgação do vídeo a fim de entender a acusação de Moro.

A repercussão foi polêmica, rendendo inúmeras reportagens em diversos veículos assim como tantas outras revelações que aconteceram no passar dos últimos quatro anos. Mas, nesse episódio, o cercadinho ainda existia.

Nas redes, especulações do que poderia acontecer frente às atrocidades que foram ditas pelos ministros naquela reunião rolavam soltas e o grupo de apoiadores que costumava esperar pelo presidente na saída do Palácio aumentava, mostrando apoio.

“No dia que vocês tiverem compromisso com a verdade, eu falo com vocês de novo”, disse Bolsonaro para alguns dos repórteres que esperavam por declarações.

A fala foi seguida por ecos de “Escória! Lixos! Ratos! Ratazanas! Bolsonaro até 2050! Imprensa podre! Comunistas!” entoada pelos apoiadores que estavam no cercadinho, como mostra a reportagem do jornal Folha de S. Paulo, de maio de 2020, quando o veículo decidiu suspender temporariamente a cobertura por falta de segurança.

Carla Araújo, repórter e chefe da sucursal do UOL em Brasília, lembra que, em dado momento, um grupo de veículos decidiu dar meia volta e se retirar do local. Afinal, de nada adiantava não receber respostas do presidente e de outros parlamentares. Repórteres do Grupo Globo, Band, Folha, Estadão e Correio Braziliense tinham vez apenas para as hostilidades dos apoiadores que disputavam atenção naquele espaço.

As equipes mudaram a rota de cobertura e receberam apoio da Abraji. Enfrentando a estratégia de descredibilidade em curso, se retirar daquele ambiente que se tornou um palco para os ataques foi uma atitude certa. Tanto para a saúde da cobertura quanto para a segurança dos jornalistas.

Os alvos dos ataques

“A grande imprensa, os institutos de pesquisa e parte dos magistrados togados da Praça dos Três Poderes estão contra mim.” Jair Bolsonaro, em 4 de outubro de 2022.

A frase é parte de um discurso que o ex-presidente fez em um evento religioso, em uma igreja evangélica. Na época, dois dias após um primeiro turno já acirrado, Bolsonaro apostava todas as fichas no fortalecimento da relação com parte significativa de seu eleitorado, o público evangélico.

Durante sua fala, disse que a imprensa estava contra ele e que o estado do Nordeste não teria bons veículos de comunicação, portanto, era uma parcela da sociedade desinformada, disposta a votar em seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva.

“Queria pedir, nós todos temos parentes no Nordeste, que ligue para seu parente no Nordeste e diga para quem ele deve votar para presidente. Porque muitos nordestinos estão mal-informados, porque não têm uma imprensa boa para se informar”. A tentativa era a de angariar os votos garantidos de Lula nas cidades da região.

Grande imprensa. Institutos de pesquisa. Parte dos ministros do Supremo. Citar nomes, personificar e dar um rosto a quem assina uma reportagem eram partes importantes de seu discurso.

Era de praxe o desrespeito. O interesse era que a postura reverberasse em sua base mais fiel. Na cobertura de outros mandatos, jornalistas entrevistados durante a produção deste livro relataram que era comum que outros presidentes e ministros se incomodassem com certos questionamentos. Faz parte da cobertura jornalística receber “nãos”. Mas, em sua maioria, não rebatiam o repórter com insultos. Ele era simplesmente ignorado ou recebia um “não responderei essa pergunta” como resposta. Durante o mandato de Jair Bolsonaro essa postura foi diferente.

Era comum rebater os repórteres com xingamentos, chamando-os de “burros”, “canalhas”. Com jornalistas mulheres, os insultos eram, em sua maioria, direcionados à aparência ou ao simples fato de serem mulheres. “Uma estratégia que combinava elementos da misoginia presente em discursos com um tom mais conservador, característicos da extrema direita, com a necessidade de desacreditar o que estava sendo dito”, explica Samira de

Castro, presidente da FENAJ. Eram recorrentes as situações em que respondia aos questionamentos dizendo que os veículos não tinham “compromisso com a verdade”.

“Então o brasileiro é desinformado através da mídia”, disse Bolsonaro durante uma entrevista no canal do Youtube de seu próprio filho, Eduardo Bolsonaro, em 2020, segundo ano de seu mandato. Na época, a relação já muito estremecida com a imprensa, Bolsonaro recorria, frequentemente, a ambientes em que seu discurso era acolhido.

“Eu costumo dizer, “se você não lê jornal, você não tem informação. Se você lê, você está desinformado”, não leia esse lixo, tá, não leia jornais”. O então mandatário completa a frase dizendo que a internet é um ambiente melhor e mais confiável.

Declarações como essa perduraram durante os últimos quatro anos e chegaram em um estado mais intenso durante a campanha eleitoral de 2022, que tornou a cobertura política um campo minado para jornalistas.

A Repórter Sem Fronteiras (RSF) se dedicou em 2022, durante o período eleitoral, a monitorar o ataque direcionado a jornalistas no X (Twitter) — rede social conhecida por promover debates intensos de cunho político. De 16 de agosto a 30 de outubro, 120 perfis de jornalistas foram monitorados, bem como candidatos e parlamentares.

Além de monitorar semana a semana o comportamento desses atores, o monitoramento sistemático revelou que a campanha eleitoral consolidou um movimento coordenado de agressões à imprensa. E mencionar tal monitoramento neste momento se faz importante para entender que a estratégia era dotada de lógica por trás da escolha de seus alvos.

Após o primeiro turno, na semana do dia 3 de outubro, a RSF registrou 10.196 postagens de cunho ofensivo a jornalistas e veículos nas redes sociais. A clássica #globolixo recebeu cerca de 3.496 menções, seguidas de #CNNlixo, #folhalixo e #uollixo. O monitoramento revelou que, por mais simples que uma hashtag possa parecer, elas estavam sempre atreladas a comentários dedicados à campanha de um dos candidatos e criavam um senso de comunidade. Elas estavam acompanhadas de hashtags como #bolsonaroreeleito ou #lulaladrão. As menções nas redes apontam como as plataformas foram usadas como amplificadores desse discurso voltado contra a imprensa e seus profissionais.

Neste mesmo período analisado, dez nomes de jornalistas eram os mais mencionados e atacados nas redes. Nomes que já haviam caído na boca dos apoiadores de Bolsonaro desde sua campanha em 2018 e que perduraram nos últimos quatro anos. Miriam Leitão, jornalista da Globo, recebeu cerca de 857 ataques diretos através do X (Twitter), após primeiro turno de 2022. Seu nome não esteve sozinho nessa. Na sequência, estiveram Rachel Sheherazade, Mônica Bergamo, Ricardo Noblat, Guga Chacra, Eliane Cantanhede, Reinaldo Azevedo, Vera Magalhães e Andréia Sadi.

Na mesma linha de análise, a Abraji divulgou números após o pleito de 2022 categorizando os alvos mais recorrentes nos discursos. Em primeiro lugar estão repórteres e comentaristas políticos, seguidos de fotógrafos e repórteres cinematográficos, editores e repórteres independentes. Vale ressaltar que, embora recebam um grau menor de violência, jornalistas independentes vivem uma realidade de proteção e segurança diferente daqueles que trabalham em veículos maiores.

Reconhecer esses dados é importante para entender que os ataques não eram tão genéricos assim. Quando direcionados

a homens, de acordo com a Abraji, as hostilidades costumam se enquadrar no item “Agressões e Ataques”, quantificando 63%. Embora seja uma porcentagem maior que a das mulheres, que representam 45,4% das violências, as hostilidades e insultos direcionados a elas ocorre um grau diferente.

Durante a campanha de 2022 ficou muito clara a presença de um discurso estigmatizante no direcionamento do próprio candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, e seus apoiadores com jornalistas mulheres. Novamente, esse não foi um elemento novo nessa cobertura. Antes mesmo de entrar na corrida para a presidência em 2018, Bolsonaro já era conhecido por estabelecer uma relação turbulenta com mulheres, tanto com as parlamentares quanto com as repórteres.

Ao longo de toda a campanha eleitoral de 2022, as mulheres jornalistas estiveram frequentemente nos discursos dos agressores. Entre as agressões direcionadas a elas, 49% estavam atreladas à violência verbal. Os agressores — parlamentares e apoiadores — se apoiavam em ofensas com pouca relação às suas habilidades profissionais, mas sim com a vida pessoal e a aparência. Segundo a Abraji, eram mais comuns termos como “putas”, “vagabundas”, “vadias”, “feias”, “velhas”, “gordas”, “doidas”, entre outros.

Ou seja, além de serem o alvo mais recorrente da violência verbal, principalmente nas redes sociais, as mulheres jornalistas não são poupadas das agressões físicas, tornando o ambiente de trabalho ainda mais intimidador. Episódios marcantes como os de Vera Magalhães, Patrícia Campos Mello, Míriam Leitão e muitas outras foram registrados em 2022, ano em que os ataques contra mulheres jornalistas aumentaram em relação a 2021.

A saúde do debate público

Não há como negar que a intensa estratégia de descrédibilização contra a imprensa gerou frutos. Um terreno fértil, já explorado pouco antes das eleições presidenciais de 2018, ganhou maior amplitude durante os últimos quatro anos. E, apenas hoje, passadas as eleições presidenciais de 2022, perde um pouco o fôlego.

Ainda existe campo para entender, mais precisamente, quais circunstâncias foram responsáveis por compor esse entrave pelo poder da narrativa. Mas, por ora, é possível compreender que tal cenário de múltiplas violências contra profissionais da comunicação — acentuado de 2018 a 2022 — vai ao encontro do aumento exponencial da desinformação nas plataformas de comunicação, combinado com uma realidade de precarização dos espaços de trabalhos para jornalistas e, também, com a ascensão de um candidato de extrema direita. O cenário, como relatado neste livro, não é particular do Brasil.

Embora mais preparados do que em 2018, existia uma preocupação com o nível que as agressões poderiam chegar. A intimidação em curso não atingia somente o jornalista, que diante de um ambiente de polarização latente poderia deixar de exercer seu papel como também o próprio exercício da democracia. Afinal, para a sua finalidade plena, a existência do debate é crucial.

Era de se esperar da política uma certa valorização dos questionamentos da imprensa e não ataques planejados, como tentativa de reverter a verdade das coisas. Em seus anos de governo, Bolsonaro e aliados não mediram esforços na luta pelo domínio da narrativa que os interessava. Para tal, não havia como não desqualificar o trabalho jornalístico.

Prova de que os ataques estavam atrapalhando o exercício da profissão, em 7 de junho de 2022, alguns meses antes do início da campanha eleitoral, foi publicada uma decisão proferida pela juíza Tamara Hochgreb Matos, da 24ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, prevendo a condenação de Jair Bolsonaro após uma ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, por dano moral e coletivo à categoria. A multa de R\$100 mil foi revertida para um fundo estadual de proteção aos direitos de difusos.

O comportamento gerou outras denúncias que, ao serem julgadas, refletem que a violência cometida contra jornalistas não diz respeito somente à categoria, mas também aos espaços públicos de debate.

Pesquisadores como o filósofo Francisco Bosco, em seu livro *O diálogo possível*, falam sobre um adoecimento do debate público. Esse questionamento não será respondido por aqui. Mas, de certo, a partir de relatos e dados mapeados, tornou-se clara a tentativa constante de imposição através do medo, desenhada por Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados mais próximos do Congresso. A mesma energia de intimidação foi utilizada em outros governos com características fascistas, paralisando aqueles que preenchiam a oposição, provocando quase uma autocensura para se esquivar das hostilidades.

Eis que, então, o caminho para assegurar a narrativa em curso se mostrava, por vezes, mais livre e simples. E, além de fortalecer os laços com os apoiadores, a verdade factual era ofuscada, estremecendo ainda mais o que restava do espaço público.

IV. Mulheres: os principais alvos

Dedico o espaço deste capítulo para contar a história de mulheres jornalistas que vivenciaram, de maneiras diferentes, as hostilidades dos últimos quatro anos.

Cada relato apresenta sua particularidade, mas, estão conectados através de uma constante nas falas de políticos e eleitores dos últimos anos. Como os dados dos monitoramentos utilizados para este livro demonstram, era muito comum que os ataques direcionados às mulheres jornalistas fossem carregados de falas misóginas. Em sua maioria, que afetassem sua aparência e vida pessoal da jornalista. Tal elemento pode ser encontrado, com maior frequência, em discursos predominantes da extrema direita, que só cresceu no país.

Esse fator, combinado com uma estratégia de difamação constante pode tomar grandes proporções, ainda mais com o auxílio das plataformas digitais, caindo na boca dos próprios eleitores e se tornando algo naturalizado.

Marina Dias, The Washington Post

Estagiária na revista *Veja* de 2007 a 2009, Marina Dias começou sua experiência como repórter cobrindo Educação. Logo que se formou, em 2010, Marina já embarcou na cobertura da campanha presidencial da então candidata e ex-presidente Dilma

Rousseff. Na época, uma “foca” – como são chamados jornalistas recém-chegados à redação – Dias explica que foi ali que se apaixonou pela cobertura da política brasileira.

“Cheguei na Folha de São Paulo em 2013, logo depois das Jornadas de Junho”, disse. Formada havia três anos naquela altura, ingressou na cobertura da campanha presidencial de 2014. Além de ter sido a corrida presidencial mais disputada até então — superada posteriormente pela de 2022 — ela também ficou marcada pelo falecimento de Eduardo Campos, que despontava como um dos candidatos à vitória e foi vítima fatal de um acidente aéreo em Santos, pouco menos de dois meses antes do primeiro turno. Após o acidente, a candidata Marina Silva herdou seu posto. Já a repórter Marina Dias se preparava para começar a cobertura nas ruas do Distrito Federal.

Passadas as eleições, a presidente reeleita Dilma Rousseff se encaminhava para seu segundo mandato e a jornalista passou a cobrir a crise de seu governo, impeachment, governo Temer e a campanha eleitoral de 2018. No pleito que alçou Jair Bolsonaro, até então deputado federal, à presidência da República, Marina começou a sentir as primeiras diferenças.

“A cobertura política até ali era de uma contestação natural da imprensa tradicional, por que é questionadora, deve incomodar”, conta Marina. Ela explica que nos tempos de Lula e Dilma no poder existiam ataques e críticas, principalmente à revista *Veja*, por onde teve passagem, mas nada era institucionalizado.

Era setembro, alguns dias antes do primeiro turno de 2018, quando Marina enxergou as mudanças de uma maneira um pouco mais clara. Ela relata que passou a sentir uma violência mais organizada quando publicou uma reportagem com seu colega Rubens Valente sobre a ex-mulher do candidato do PSL, Ana Cristina Valle. A reportagem dizia que ela tinha sido ameaçada de morte

pelo então candidato e fugido para a Noruega posteriormente. Na reportagem, Marina e Rubens revelaram os documentos do Itamarati sobre o caso. Foi então que os ataques começaram.

“Comecei a sentir uma coisa que nunca tinha vivenciado. Era a manada de apoiadores nas redes sociais e logo se tornou um caos completo”, relata Marina. Ela conta que dentre os apoiadores de Bolsonaro que utilizaram as redes para atacá-la, estava o comediante Danilo Gentili que, na tentativa de compartilhar uma foto de Marina para facilitar o caminho dos seguidores, tornou a situação ainda mais delicada. Foi uma tentativa porque o comediante não compartilhou a foto da Marina Dias responsável pela reportagem, mas sim de uma outra Marina Dias — que, coincidentemente, também era repórter.

“Um homônimo minha. Uma Marina Dias, que era jornalista em Minas Gerais, mas que não cobria política e que não trabalhava na Folha teve sua foto divulgada nas redes sociais. E as pessoas foram até o endereço dela achando que era eu”, conta Marina. Nesse momento, além de sentir um ataque mais direcionado, a jornalista percebeu que as hostilidades eram ainda mais intensas por se tratar de uma mulher.

Nas palavras de Marina, aquilo foi o início de tudo. “Então o Bolsonaro ganha a eleição e institucionaliza essa violência contra o jornalista, como uma política de Estado. Era o presidente da República estimulando o ataque à imprensa tradicional como método de governo”, completa. E os apoiadores desacreditavam as instituições, a imprensa tradicional, e o então governante “comia a democracia por dentro”.

Após vivenciar mais uma cobertura, na eleição de 2022, Marina pondera que uma das principais diferenças entre os pleitos é a distribuição de uma violência que, antes, vinha de pessoas comuns e que passaram a vir do alto escalão. Quando quem ocupa

as principais cadeiras de um governo legítima uma relação hostil, seja com a imprensa ou com outro ator social, os ataques se tornam mais frequentes. “Tornou-se profissional, baseado na certeza da impunidade”, pontua Marina.

O dia 8 de janeiro foi um domingo tenso para o país e para Brasília. Naquele mesmo domingo, Marina Dias estava começando o seu primeiro dia de trabalho no jornal *The Washington Post*. Depois do pleito de 2018, a jornalista se tornou correspondente da *Folha* nos Estados Unidos e, após três anos e meio, retornava para o Brasil como repórter do *Washington Post* em Brasília.

Você pode estar se perguntando: quem é que começa um trabalho novo em pleno domingo? Na realidade, seu primeiro dia seria na segunda-feira seguinte, 9 de janeiro, e ela dedicaria aquela semana a mostrar a cidade e algumas fontes para um colega do jornal que estava chegando ao Distrito Federal na noite daquele domingo.

“Liguei na *Globo News* e vi aquelas pessoas descendo para a Esplanada¹ naquele momento eu já sabia que aquilo ia ser enorme”, conta Marina. A jornalista pegou o telefone e mandou uma mensagem para o colega que se preparava para embarcar. “Você já chegou aqui? Nós estamos no nosso 6 de janeiro”, disse Dias.

A data à qual fazia referência é a invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, quando manifestantes golpistas eleitores de Donald Trump entraram na casa legislativa do país para tentar impedir a diplomação de Joe Biden como presidente.

Os jornalistas começaram a se movimentar para apurar e enviar os materiais para o veículo e decidiram seguir para a Esplanada. Não levaram bloquinhos, crachá e, por coincidência,

1 O dia 8 de Janeiro de 2023 ficou conhecido pela invasão da Praça dos Três Poderes, em Brasília, por eleitores bolsonaristas. O ato ficou marcado pela violência e ataque as instituições, bem como depredação do patrimônio público.

Marina já estava usando uma blusa amarela para se camuflar². Dias pegou um Uber até o ponto mais próximo da Praça dos Três Poderes e seguiu a pé. Como correspondente nos EUA, a repórter nunca tinha participado de uma cobertura in loco de uma manifestação. “Era a minha primeira vez, mas, logo que eu cheguei lá, entendi que não era um protesto, era uma outra coisa, tinha outra energia. Os apoiadores pareciam estar em transe, repetindo fake news, rezando e gritando”, conta.

A jornalista conta que era possível sentir o ódio e agressividade que tomava aquelas pessoas naquele momento, contestando o resultado das urnas e clamando por uma intervenção das Forças Armadas. Marina entrou na onda daqueles que estavam filmando a invasão e enviava os materiais para seu colega que, do quarto do hotel, ia atualizando o jornal com as informações.

Perto de umas cinco horas da tarde, segundo a repórter, a tropa de choque começou a agir e Lula, que estava em Araraquara naquela tarde, declarou Intervenção Federal na segurança do Distrito Federal³. “Os prédios públicos foram retomados pelas forças de segurança, já escurecia e o clima começou a ficar pior”, diz Marina. Com o cenário de horror que acontecia, a jornalista, que já havia colhido material suficiente, começou a se afastar do local até que avistou, na altura do Ministério da Defesa, uma senhora enrolada na bandeira do Brasil conversando com um homem. A senhora comentava sobre a ação que Lula havia acabado de tomar e Marina se interessou, pois, aquela era a primeira pessoa que havia escutado comentando fatos verídicos naquele momento.

2 As cores verde e amarelo foram utilizadas pelos eleitores e manifestantes bolsonaristas como símbolo nas eleições de 2022.

3 Durante a invasão da sede dos Três Poderes em Brasília, Lula decretou intervenção federal na área da segurança pública do DF até o dia 31 de janeiro. De acordo com a constituição, pode ser decretada pelo presidente com o objetivo de “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”.

“Me aproximei dela e me identifiquei como repórter do Washington Post, queria fazer três perguntas a ela e ela topou. Estava respondendo com educação até que um homem passou por nós e começou a gritar, bradando que ela não devia me responder pois eu era uma jornalista de esquerda”, conta Marina. Naquele momento, Dias relata que o medo que sentiu só aumentou. Andando para trás, tentando se afastar, a jornalista viu o homem indo em sua direção. “Eu comecei a correr e, até hoje, não sei se foi o certo”, complementa.

Correndo, Marina levou uma rasteira de um dos apoiadores que estavam na cena. Caída no chão, diversos outros se juntaram em seu entorno e começaram a agredi-la. Socos, chutes, puxão de cabelo. “Arrancaram meus óculos e o quebraram. Eu pedia ajuda, pedia para pararem”, relata Marina. “Um homem me encontrou e me levantou. Então, ele pediu para que parassem, disse aos bolsoneiros que iriam me matar com os chutes e isso só acabaria com o ‘movimento’ deles”, explica.

Marina não sabia onde estavam seus pertences, apenas seu celular, objeto de trabalho que guardou com todas as forças debaixo de sua calça. Quando, finalmente, teve um respiro e pôde pedir socorro, a jornalista foi levada por um integrante da aeronáutica em direção ao Ministério da Defesa. Pelo caminho, xingamentos e objetos sendo atirados contra ela. De lá, a repórter conseguiu ligar para um amigo que foi buscá-la.

“Voltei para casa e mandei a reportagem para o jornal com o relato da agressão que eu sofri, porque como jornalistas, nós temos que falar sobre isso. Precisamos entender do que as pessoas são capazes quando sabem que podem não ser punidas”, explicou Marina.

Após o acontecido, a jornalista realizou exame de corpo de delito e entrou em contato com a Secretaria de Comunicação da

Presidência da República, que disse que fiscalizaria a investigação da polícia. “Não sei se essas pessoas estão sendo punidas, mas espero que estejam entre os réus sendo processados e julgados nos processos correndo nas cortes superiores⁴” comenta.

Segundo o relato da jornalista, na sua visão pessoal, tudo se resume a um longo processo traumático, uma escalada de acontecimentos. Em 2018, as agressões eram mais comuns nas redes sociais, depois, o próprio presidente Bolsonaro, durante uma visita nos EUA, lhe apontou o dedo e disse que ela era uma “qualquer e que não poderia trabalhar na Folha”, e, por fim, a agressão literal dos apoiadores.

Patrícia Campos Mello, Folha De S. Paulo

Jornalista, comentarista e escritora, Patrícia Campos Mello foi um alvo constante das hostilidades e intimidações de parlamentares e eleitores nos últimos anos. Cobrindo a política brasileira antes mesmo de 2018, colunista e repórter especial da Folha de S. Paulo, Patrícia viu as coisas mudarem no seu ofício com o pleito de 2018 e os anos que antecederam a campanha eleitoral brasileira mais recente.

A jornalista conta que, em 2018 — ano de uma cobertura eleitoral intensa, com uma participação mais ativa das redes sociais e já infestada de desinformações —, o aumento das hostilidades contra ela e colegas lhe chamaram a atenção. Naturalmente,

4 Após o 8 de janeiro, diversos manifestantes envolvidos na depredação dos prédios, nos acampamentos golpistas e no ataque à democracia se tornaram réus no STF.

o período eleitoral é capaz de aumentar os ânimos da sociedade e daqueles que se interessam mais pela política do país, mas, para ela, aquela cobertura foi um pouco fora da curva.

Naquele pleito, Patrícia dedicou parte de suas reportagens para entender a onda de desinformação em curso nas campanhas dos candidatos principais, Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. E, na medida em que as denúncias sobre os agentes por trás das fake news foram sendo revelados, a jornalista passou a ser um alvo constante de mensagens e ofensas nas redes sociais.

“Eu nunca tinha passado por isso, pessoas aleatórias ligavam no meu celular, ameaçavam agressões por mensagens e, na época, meu filho tinha seis anos. Então, para mim, foi um momento muito assustador e em que eu reparei que aquilo não era normal”, conta Patrícia.

Antes do ano eleitoral de 2018 começar, as instituições já se movimentavam para entender e conscientizar a população sobre os impactos das fake news, que haviam marcado presença em pleitos anteriores, no Brasil e no mundo. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até chegou a criar um conselho consultivo sobre a internet, que teria o objetivo de criar uma cultura de conscientização sobre desinformação, não só para eleitores como também para os próprios juízes eleitorais.

Seria um desafio lidar com a onda de desinformação que chegava — tanto para os próprios jornalistas quanto para os agentes eleitorais. Ainda mais quando um dos principais candidatos daquele pleito se dedicava a propagar algumas das mais famosas — “kit gay” e “mamadeira de piroca”⁵. Bolsonaro não foi o

5 O que ficou conhecido como “kit gay” fazia parte de um material do projeto Escola Sem Homofobia, desenvolvido em 2004, época em que Fernando Haddad atuava como ministro da Educação. O material era voltado aos educadores, mas acabou não saindo do papel. Em 2018, foi vinculado à fake news utilizadas para atingir o então candidato Fernando Haddad e a campanha petista nas eleições.

único que se apoiou em mentiras para crescer. Contudo, o que reportagens mostraram ao longo da campanha, foi uma estratégia sistêmica de propagação de mentiras, desenhada pelo candidato e seu partido o PSL.

Na esteira desses acontecimentos, Patrícia, que na época estava cobrindo as eleições pela Folha de S. Paulo, revelou que, por trás do apelo pelo candidato outsider, existia uma rede de desinformação atuando em conjunto com empresas capazes de fazer disparos em massa de mensagens pelo WhatsApp. O que se tornou claro naquela disputa, foi uma forma estruturada de atuação, em que o candidato disseminava a mentira para o público por meio de questionamentos e insinuações que reverberavam em suas redes sociais.

Com a reportagem intitulada de “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, na Folha de S. Paulo, Patrícia revelou que, alguns dias antes da votação do segundo turno do pleito de 2018, empresas compraram uma espécie de pacotes de disparos em massa de mensagens, no WhatsApp, capazes de desestabilizar o PT. O esquema foi chamado de “caixa dois do WhatsApp” pois, a prática era ilegal, por se tratar de uma doação de campanha feita não declarada, feita por empresas.

Ainda, a repórter demonstrou que Bolsonaro, seus filhos e aliados desempenham uma comunicação propositalmente conflitante com a imprensa. A necessidade de uma propaganda contratada para bagunçar o debate público passou a ser importante para aquela campanha.

Publicadas as reportagens, as reações foram diversas. Setores preocupados com a intensidade da desinformação naquela eleição e nas que estariam por vir se atentaram ao caso. Já

apoiadores e figuras mais próximas do candidato do PSL apelaram para a violência, agressividade e, principalmente, a tentativa de desacreditar a apuração realizada pela jornalista.

Algumas semanas antes, Marina Dias e Rubens Valente haviam passado pela mesma situação. A jornalista conta que questionou os colegas sobre quais medidas ela poderia adotar para diminuir o assédio que estava sofrendo. “Tentavam me associar a qualquer tipo de informação falsa para que eu perdesse minha credibilidade. Diziam que eu estava trabalhando com o Haddad, circularam uma foto dele com uma mulher na intenção de que acreditassem que era eu”, complementa.

Patrícia comenta que, durante a campanha eleitoral de 2018 e durante os primeiros anos do governo Bolsonaro, os limites entre o que vivenciava no ambiente online e no real se tornaram um tanto quanto “borrados”. Em dado momento, o jornal em que estava trabalhando optou por fornecer um apoio de segurança, uma espécie de guarda-costas, devido ao nível de violência que a jornalista estava vivenciando.

Ameaças online, ligações aleatórias em seu telefone pessoal, a vizinha do seu prédio que gritava pela janela toda vez que Patrícia passava, sua agenda de eventos em que participava como mediadora compartilhada em diversos grupos de caráter bolsonarista. “Não dava para medir qual seria o efeito disso tudo. Não só comigo, como com outras colegas. Então os limites das redes para as ruas ficaram borradas”, explica Patrícia.

Alvo de diversas tentativas de desacreditização por parte de grupos atrelados ao bolsonarismo, Patrícia foi uma figura constantemente mencionada por Jair Bolsonaro enquanto presidente. No final do primeiro ano de seu mandato, em 2019, foi instalada no congresso a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito)

das Fake News, dedicada à investigação dos ataques cibernéticos contra a democracia durante a campanha eleitoral de 2018 e a utilização de perfis falsos capazes de influenciar a eleição.

A comissão apurou, por 180 dias, a presença de “milícias digitais” durante o período eleitoral por meio de depoimentos de deputados federais e funcionários das empresas associadas aos disparos em massa de fake news.

Os desdobramentos da investigação esbarravam, a todo momento, em Bolsonaro, seus filhos e seu partido, o PSL. Em dado momento, a CPMI ouviu o depoimento de Hans River, ex-funcionário de uma das empresas de marketing digital que estava associada aos disparos em massa. E, na esteira de violência e assédio que Patrícia já havia sofrido, River jogou sujo, dizendo que a repórter havia se “insinuado” sexualmente para obter informações para suas reportagens.

O depoimento foi um prato cheio para a estratégia de descrédito já utilizada pelo presidente e seus filhos. Pouco depois, respondendo a jornalistas no Palácio da Alvorada, Bolsonaro hostilizou a jornalista e, com um trocadilho de cunho sexual, disse que “ela queria dar o furo”.

Patrícia ainda relata que as ofensas continuaram ao longo dos anos. Compartilhou o caso de quando um político bolsonarista a abordou, a sacudiu e gritou com ela, quando estava cobrindo o 7 de setembro de 202 em Roraima — um estado onde bolsonarismo é muito forte —, após ter publicado uma reportagem sobre tráfico de mulheres. Ela enfatizou o quanto as pessoas perderam a noção entre o virtual e a realidade nos últimos anos. “Eu acho que o jornalismo é capaz de se blindar, mas eu acho que isso se dá através da conscientização de que esse assédio e violência online, em sua maioria, transbordam para o mundo real”, explica.

Para Patrícia, a intimidação é um dos elementos mais centrais da estratégia adotada nos últimos anos. “O ataque aos jornalistas, a descrédibilização constante, principalmente vindo de grupos bolsonaristas, é essencial para o funcionamento de figuras populistas, como as que vimos passar pela cadeira da presidência”, explica. A jornalista enfatiza essa estratégia como chave do comportamento de uma espécie de “tecno populismo”.

Suas experiências como repórter nesses últimos anos, cobrindo a política brasileira e os disparos em massa de fake news por milícias digitais, estão registradas em seu livro *A máquina do ódio*: notas de uma repórter sobre fake news e a violência digital. Entre outras questões, Patrícia se dedica a explicar como esse ecossistema, que deu as caras em 2018, influenciou o comportamento de diversos grupos sociais durante as eleições.

Como ela explica, é através de um conjunto de fatores que combinam um perfil político, a tensão social, ânimos políticos e o disparo em massa de desinformação, que é possível desencadear a descrédibilização sistêmica daqueles que trabalham para apurar e checar informações, abrindo um caminho vasto para a violência.

Vera Magalhães, TV Cultura, O Globo e CBN

A agressividade irrompe quando o questionamento incomoda. A jornalista Vera Magalhães sentiu isso inúmeras vezes, antes mesmo da campanha eleitoral de 2022. É natural e um tanto quanto triste que, quem vive a imprensa hoje em dia, pense nela quando o tema é o ataque contra jornalistas. Mas é importante frisar que, mesmo com tantos episódios, Vera permanece na cobertura política brasileira e, mesmo sendo alvo, é resistência também.

Jornalista desde 1995, Vera comanda, atualmente, o Roda Viva, da TV Cultura — tradicional programa jornalístico de televisão. Também é colunista do jornal O Globo e comentarista da rádio CBN. São muitos anos dessa estrada e interlocução com o que acontece por Brasília.

Com passagens por diversos veículos jornalísticos, Vera já foi alvo de ataques por parte da esquerda, principalmente durante os governos petistas — período em que trabalhou em meios mais conservadores, como a revista Veja, a rádio Jovem Pan e o Estadão.

Pode-se dizer que nos últimos quatro anos, ainda que continuasse sendo vítima de insultos por eleitores de esquerda e petistas, houve uma inflexão nos agentes desses ataques. Em outras palavras, eleitores mais conservadores que passaram a seguir Vera nas redes e a acompanhá-la nos veículos em que atuava, também passaram a ser mobilizadores dos insultos a partir de 2018. Isso se dá pelo descontentamento desses seguidores frente às críticas de Vera a um governo mais conservador, o de Jair Bolsonaro.

Assim como outras colegas de profissão, a jornalista foi um alvo constante de ataques e ofensas durante a campanha eleitoral de 2022. Um dos episódios emblemáticos desse período foi o primeiro debate presidencial realizado pela Band, em conjunto com Folha de S. Paulo, Uol e TV Cultura.

Naquela noite de domingo, Jair Bolsonaro errou ao escolher como alvo principal as mulheres — tanto candidatas quanto jornalistas. Referindo-se a uma pergunta que Vera havia direcionado ao candidato Ciro Gomes, do PDT, sobre a cobertura vacinal do país, Bolsonaro utilizou seu tempo para hostilizá-la em rede nacional.

“Vera, não podia esperar outra coisa de você. Eu acho que você dorme pensando em mim. Você tem alguma paixão por

mim. Você não pode tomar partido num debate como esse, fazer acusações mentirosas ao meu respeito. Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro”, disse o então presidente da República.

Naquela noite, as candidatas Simone Tebet, do MDB, e Soraya Thronicke, do União Brasil, procuraram defender a jornalista durante o debate e, por sua vez, também foram alvo de posturas hostis do então candidato à reeleição. Nas redes sociais, outras colegas de profissão também se pronunciaram em defesa da jornalista.

Aquele episódio, infelizmente, não foi o primeiro em que Vera foi humilhada por Bolsonaro. E esse comportamento nunca foi exclusivo dele. Na época em que as manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff estavam em alta, assim como o apoio às investigações da operação Lava-Jato, a jornalista era um dos alvos de grupos mais voltados à esquerda, críticos ao comportamento de Vera e de alguns veículos.

Assim como suas colegas, Míriam Leitão, Daniela Lima, Patrícia Campos Mello e outras, a jornalista já era alvo de políticos e eleitores mais assíduos antes mesmo de Jair Bolsonaro entrar em cena, o que demonstra, mais uma vez, como o comportamento do linchamento contra mulheres jornalistas existe há tempos, como aponta o artigo *Origens da misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres*, da USP.

Em fevereiro de 2020, a jornalista revelou em uma reportagem no jornal *O Estado de S. Paulo* que o então presidente Jair Bolsonaro havia usado seu telefone pessoal para compartilhar com apoiadores um vídeo convocando manifestações contra o Congresso Nacional, em março. Bolsonaro reagiu à reportagem acusando Vera de mentirosa e sua postura desencadeou a hashtag no X (Twitter) “#VeraFakeNews”, utilizada por diversos apoiadores

de Bolsonaro, deputados e internautas que aproveitaram esse episódio para vasculhar a vida pessoal da jornalista como munição para mais ofensas.

“Esse tipo de profissional não merece respeito por parte nossa aqui no Brasil. Lamento a jornalista Vera Magalhães estar divulgando fake news. Ela poderia ser convocada, se tivesse uma maioria consciente na CPI das Fake News, para falar sobre isso daí”, rebateu Bolsonaro.

Nos anos em que Bolsonaro esteve na presidência do país, Vera foi hostilizada constantemente. No entanto, como já comentado, a presença de seu nome em discursos estigmatizantes e misóginos, principalmente nas redes sociais, já era cultivado, também, por outros setores da política. A jornalista foi alvo de críticas e agressões verbais por parte de José de Abreu, apoiador histórico do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2020, ele reagiu à notícia de que Vera seria a nova apresentadora do Roda Viva com xingamentos e comentários de caráter sexistas: “sem competência, sem neutralidade, sem coerência, acho uma merda! Só está lá pelo marido tucano”, escreveu no X (Twitter). O comentário abriu brechas para a opinião dos internautas.

Em 2022, segundo os relatórios de monitoramento de ataques a jornalistas, Vera Magalhães esteve entre as cinco mulheres mais hostilizadas durante a cobertura do período eleitoral. O episódio do primeiro debate entre os candidatos à presidência, desencadeou um ambiente cada vez mais hostil para ela, que viu a situação se repetir alguns dias depois, em um outro debate.

Aconteceu na noite de 13 de setembro, uma terça-feira, após o término do debate organizado por TV Cultura, Folha de S. Paulo e UOL, para os candidatos ao governo do Estado de São

Paulo. O episódio em que Vera foi hostilizada e atacada, Douglas Garcia, até então deputado estadual pelo Republicanos em São Paulo.

Como de praxe, os ânimos estavam aflorados naquele debate. Tanto entre os próprios candidatos quanto entre os convidados na plateia⁶. Mas, no geral, o comportamento de todos seguiu as regras do jogo, baseadas no respeito.

Ao final do debate, Douglas Garcia, que fazia parte da ala associada ao candidato Tarcísio de Freitas, partiu para cima de Vera com a câmera de seu celular ligada, em um ato claro de intimidação e agressividade. “É uma vergonha para o jornalismo”, disse Douglas. As palavras foram as mesmas utilizadas pelo então presidente Jair Bolsonaro, poucos dias antes. Em suas redes sociais, Douglas havia questionado se a jornalista estaria presente no debate, horas antes de se dirigir ao local, abrindo um precedente para a interpretação de que suas intenções já estavam premeditadas.

O episódio viralizou nas redes sociais imediatamente, pois, na tentativa de barrar a agressão e defender sua colega de trabalho, Leão Serva — diretor de Jornalismo da TV Cultura na época — apanhou o celular do deputado e o atirou longe, perto das escadas do auditório.

“Quando uma autoridade, um agente público autoriza o ataque, ele dá a palavra-chave, o mote, o tipo de ataque que ele quer ver disseminado”, disse Vera em uma entrevista concedida ao Jornal da Tarde da TV Cultura. Ela comenta também sobre como os grupos mais concisos, em aplicativos de mensagens como

6 Cada candidato podia estar acompanhado por um número delimitado de convidados e colegas do partido.

Telegram e Whatsapp, são capazes de desencadear uma espécie de “ondas” de ataques. Ora direcionados a uma figura durante um período, mirando a descredibilização, ora outra.

Lana Canepa, Rádio Bandeirantes

Foi durante sua passagem por Brasília, nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro, que Lana Canepa, jornalista da Band, se perguntou se havia um método por trás daquele ódio que era disseminado contra a imprensa e as mulheres jornalistas.

Na época, Lana ficou encarregada de ser quase como uma “setorista” do Palácio do Planalto, coisa que não é tão comum na emissora em que trabalha. De lá, vivenciou algumas situações tensas no cercadinho, um pouco antes dos veículos decidirem se retirar de lá. Fato é que a experiência e a pergunta que vingou dentro de sua cabeça se tornaram um trabalho de pós-graduação dedicado a investigar, pesquisar e entender quais eram as características e finalidades da institucionalização dos ataques à imprensa.

“Era uma constante guerra do ‘nós’ contra ‘eles’ e era necessário invalidar tudo o que era dito para que houvesse caminho para a desinformação”, explica Lana. “No cercadinho, era nítido o privilégio de perguntas de jornalistas homens, mesmo que também fossem devolvidas com respostas irônicas”, complementa.

Na reta final da campanha de 2018, Lana conta que passou a ser atacada constantemente nas redes sociais. Isso porque realizava entradas ao vivo no programa “Bastidores do Poder”, da Rádio Bandeirantes. O chat ao vivo, disponibilizado para que os ouvintes pudessem interagir com o programa, era o espaço para que eleitores, em sua maioria ligados a Bolsonaro, pudessem ata-

car Lana. “Vagabunda”, “imbecil”, “burra” eram os mais comuns. “Em dado momento, comecei a adoecer com isso, atrapalhava o meu trabalho e, então, comecei a fotografar, tirar print das telas para ver se eram os mesmos perfis que entravam no programa para me ofender”, conta Lana.

Anna Virginia Balloussier, Folha De S. Paulo

Em 2018, Anna Virginia Balloussier — repórter especial da Folha de S. Paulo, que, em 2022, se dedicou à cobertura do eleitoral evangélico e ao fator religião para a disputa presidencial, conta ter vivenciado algumas situações hostis. Como tantas outras, Anna também foi alvo de agressões, sobretudo virtuais. Em 2018, após a vitória de Bolsonaro, ela estava na Avenida Paulista acompanhando alguns grupos e foi cercada por um bando de bolsonaristas que a ameaçaram.

Além de intimidações físicas, a repórter também passou pelo linchamento virtual. “Eu havia feito uma matéria em relação ao casamento do Eduardo Bolsonaro e, na época, eu estava grávida de um seis ou sete meses. Eles reproduziram meu rosto nas redes para tentar promover um linchamento virtual e foi bem pesado para o momento”, explica Anna. A jornalista reitera não querer fazer falsas equivalências em relação ao tipo de eleitoral, mas frisa que a maior parte das situações vieram do polo bolsonarista.

Misoginia e estratégia

“Não poder se identificar como jornalista em alguns lugares” foi uma das frases mais escutadas durante o período de

entrevistas deste projeto. É simples e, para aqueles de fora, pode soar como um exagero. Mas diversas mulheres jornalistas relataram esse incômodo nos últimos anos e, por trás dele, existe o sentimento de medo e precaução ao executar seu ofício.

O monitoramento de violência contra a imprensa, realizado pela Abraji em 2022, se dedicou, pelo segundo ano consecutivo, a separar a violência de gênero em uma categoria específica — reconhecendo a sensibilidade do tema. De acordo com os dados divulgados, foram registrados 145 episódios classificados como ataques de gênero contra mulheres jornalistas. Isso significa um aumento de 13,1% em relação a 2021, quando foram identificadas 119 ocorrências.

É importante ressaltar que as agressões mais comuns nesta categoria foram os discursos estigmatizantes com 74 casos, o que representa 51% do total. Desses 74, 67,6% são classificados como discursos proferidos por autoridades e 45,9% foram identificados em campanhas sistemáticas que, em sua maioria, envolviam perfis e grupos nas redes sociais.

As agressões verbais e a presença das redes sociais foram frequentes nos relatos. “Feias”, “gordas”, “malucas”, “vagabundas” e outras ofensas foram frequentemente utilizadas como forma de mirar a competência profissional das jornalistas. É uma maneira de se aproximar do que lhes é pessoal, invadindo essa instância. Apenas no mês de setembro, os monitoramentos registraram 28 ataques às profissionais, um aumento de 250% em comparação com o mês de agosto, início da campanha eleitoral. E se você, assim como eu, prefere as palavras aos números, esse valor fica fácil de ser compreendido desta forma: os dados revelam quase um ataque por dia.

Os monitoramentos não negam um aumento exponencial no ano de 2022, extremamente conectado com o cenário político.

Afinal, a cobertura política fez parte de 62,7% dos casos, seguidos por segurança pública (9%) e esporte (7,6%). A Abraji ainda ressaltou que os ataques de caráter misógino nas redes sociais triplicaram no período após as eleições, o que torna a situação ainda mais inviável.

Ao mesmo tempo que consideramos esses números, que revelam uma proliferação da violência contra jornalistas mulheres principalmente no âmbito digital, se faz importante reconhecer que, por trás disso tudo, há um histórico de machismo que marca a vida de jornalistas mulheres há muitos anos no país.

Em 2020, a Abraji se dedicou a uma pesquisa sobre as mulheres nesse ofício, intitulada “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” (ABRAJI, sem, p.,2020). Naquele ano, 84% das jornalistas disseram já ter sofrido insultos verbais ou humilhação em público; abuso de poder ou autoridade; intimidação verbal ou física; desacreditização e insultos na internet.

E como se torna cada vez mais claro, essas situações não estão dissociadas umas das outras e, em sua maioria, compõem uma sistematização da violência. No caso da violência de gênero no jornalismo, é possível enxergar uma ação conjunta entre as intimidações digitais com mulheres como principais alvos, buscando deteriorar sua privacidade dentro e fora das redes, como mostra o artigo sobre segurança digital Violência online impacta mulheres jornalistas, de Julie Posetti.

O artigo citado, que observou a segurança digital de mulheres jornalistas, pontua uma série de pontos para se pensar. Entre eles, está o aproveitamento da misoginia em parte das campanhas de difamação que são orquestradas nas redes por certos grupos. Em sua maioria de caráter conservador, que apela para um discurso extremista.

Além disso, é possível identificar que, contra mulheres, os ataques se disseminam com maior rapidez do que contra homens nas mesmas posições.

Esses quatro anos

“De 2018 para 2022 são quatro anos de fake news, teorias conspiratórias e ataque ao jornalista. Repetidamente”, diz Marina Dias. Ela pontua que tais elementos não surgiram na cobertura de 2018, mas já faziam parte do ecossistema. O detalhe está na repetição que se criou após o pleito de 2018, como se fosse uma receita.

“Chegamos em 2022 e as pessoas estão, há quatro anos, sendo alimentadas por fake News, teorias conspiratórias e ódio aos jornalistas. Elas estão no pico e o 8 de janeiro é a explosão disso”, comenta.

Como tantos outros relatos, talvez, a maior característica desse ambiente de polarização extrema e agressividade perante a imprensa seja a presença de um poder central estimulando, na maior parte das oportunidades, esses ataques.

“Em 2018, os jornalistas da mídia mais tradicional começaram a sentir o que jornalistas do interior do país, de cidades longe das capitais, já sentiam. Um ambiente de hostilidade e intimidação que, partindo do presidente da República, deputados, senadores, acabou se tornando regra”, comenta Patrícia Campos Mello. A jornalista explica que, em 2022, por mais que o cenário fosse de uma maior polarização, os veículos pareciam estar mais preparados para a cobertura, sem cair nos factoides e cortinas de fumaça.

De alguma maneira, é esperado que os casos diminuam com o passar dos anos, através da adoção de políticas públicas que possam garantir uma imprensa livre sem intimidações. Para além disso, veículos que, ao notarem o comportamento hostil direcionado aos seus jornalistas, em especial, às repórteres, garantam a segurança delas. Mas, por enquanto, esses são planos e caminhos futuros.

Otimismo para a cobertura das próximas eleições e rotina da política brasileira não é um adjetivo muito usado durante as conversas. Mas há perseverança e a experiência acumulada nos últimos anos abre caminho para que não aconteçam mais tantas surpresas. Uma coisa é certa, as problemáticas se tornaram mais claras, assim como os agentes das agressões e o modo de operar. E, apesar dessas circunstâncias poderem mudar ao longo do tempo e o jornalismo ter de acompanhar tais mudanças, elas se enxergam mais aptas para o desafio.

V. As redes sociais como amplificadoras da violência

Os últimos quatro anos demonstraram diversas questões que deverão ser observadas de perto pelo mundo do jornalismo e da própria política. Características que envolvem os perfis daqueles que querem entrar para o jogo de poderes do país, como realizar a cobertura do processo político e, também, adotar estratégias para lidar com a desinformação crescente em um mundo hiper conectado. São diversos os pontos de observação e pesquisa. No meio disso tudo, os últimos quatro anos demonstraram que o ambiente digital pode ser extremamente violento para jornalistas.

Durante seu relato, a jornalista Patrícia Campos Mello enfatiza ser possível identificar que as pessoas — principalmente quando exercem o papel de eleitores — “perderam a noção entre o virtual e a realidade”. A presença das redes na esfera política, mais frequente nos últimos anos, tornou as fronteiras entre esses dois polos um pouco mais “embaçadas”. Isso acontece por diferentes motivos e um deles, as bolhas informacionais, fazem com que os usuários fiquem imersos em uma espécie de “realidade paralela” de informação, reproduzindo causos de interesse de seu próprio grupo. Uma lógica próxima do que é chamado de viés de confirmação.

Em seu livro, “A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital”, Patrícia Campos Mello explica que a violência e a onda de desinformação presentes nas redes,

desencadeadas por atores políticos, não se dão puramente por conta de robôs e do funcionamento do algoritmo das redes. Essas máquinas ajudam a impulsionar um trabalho que é humano.

Segundo ela, o gabinete do ódio é responsável por traçar estratégias que são distribuídas a influenciadores — no caso, ligados à família Bolsonaro — e a grupos no Telegram e WhatsApp, capazes de amplificar o conteúdo. Uma ação desencadeada pelos próprios internautas que passam a acreditar naquela informação que, em muitas situações, faziam parte de uma campanha contra uma figura específica - seja um jornalista, ou uma autoridade.

A estratégia de um discurso baseado em uma lógica de guerra foi aperfeiçoada entre os pleitos de 2018 e 2022. Além de escolher alvos específicos, colocados no debate público como adversários, a comunicação nessa lógica também se aproveitava da disseminação de desinformação que, como efeito político, é capaz de moldar e manter um grupo específico unido.

Em 2022, o cenário não foi muito diferente. Quando Bolsonaro tentava o segundo mandato e Lula, seu adversário, lidava com a desconfiança de parte do eleitorado, a onda de desinformação nas redes sociais continuou como uma ferramenta para conduzir a disputa que estava em jogo. A máquina do ódio se envolveu, mais uma vez, em um pleito e agiu de uma forma ainda mais abrangente no espalhamento das fake news. Do outro lado, a campanha de Lula demorou a se engajar nas redes. Com a entrada de figuras como André Janones (Avante) na campanha, a participação de Lula nas mídias sociais aumentou, mas sua equipe também passou a recorrer a informações falsas.

O ecossistema era mais desafiador para aqueles que tentavam barrar tamanha desinformação. Isso se dá porque o ambiente digital se transformou ao longo dos anos, chegando ao pleito de 2022 mais fragmentado. Logo, mais difícil para a imprensa tradi-

cional e checadores de fatos monitorarem tudo o que estava sendo divulgado. Há quatro anos, a Justiça Eleitoral e os veículos de comunicação enfrentavam o WhatsApp, Facebook e o Telegram. Já em 2022, plataformas como X, anteriormente conhecido como Twitter, Youtube, Instagram e, principalmente, o TikTok, também se tornaram parte desse conjunto de obstáculos.

Parte da complexidade de lidar com esses novos ambientes de debates e proliferação de ideias políticas se dá pelas diferentes regras de funcionamento de cada plataforma. Afinal, trata-se do desempenho do algoritmo de cada uma delas. Em 2022, a Justiça Eleitoral uniu forças para dialogar com tais plataformas na intenção de esclarecer o impacto delas no processo eleitoral e como o cenário ideal seria o de uma ação mútua de combate à desinformação. Os acordos de cooperação não foram firmados com todas elas, mas, de certa forma, já foram um avanço para eleições futuras.

Mesmo com esforços recorrentes, a desinformação e as próprias empresas e plataformas — Google e Meta, por exemplo — demonstraram terem se estabelecido como atores políticos de peso no processo eleitoral. Elas já não são mais um grande aglomerado de usuários produzindo o seu próprio conteúdo.

No cenário de polarização que ronda o Brasil, as campanhas de Bolsonaro e Lula exploraram as possibilidades de entrega de conteúdo das plataformas na intenção de pautar o que estava em debate. Na maioria das vezes, apelando para discussões capazes de aumentar a rejeição do adversário. O apoio nessa estratégia foi tanto que, no segundo turno, a desinformação ultrapassou os limites das redes e apareceu em programas de rádio e televisão também.

E para além da notabilidade da consolidação de um processo de disseminação de notícias falsas no debate público

brasileiro, de 2018 a 2022 — principalmente por meio das redes sociais — é possível identificar que a combinação desses elementos chegou a questões que vão além da manipulação do eleitorado em si. Também se gerou um ambiente propício à disseminação de ideias violentas e do discurso de ódio. Afinal, de que adianta espalhar uma desinformação se existe alguém do outro lado capaz de checá-la? Era preciso mirar nesses alvos também.

Diferentes estratégias

A campanha eleitoral de 2022 mobilizou as mais diferentes pautas, principalmente na disputa direta entre Lula e Jair Bolsonaro. O objetivo, para além de consolidar uma base forte de eleitores, era a sensibilização daqueles que estavam mais indecisos. E o terreno das plataformas digitais foi propício para isso.

Kit gay, urnas eletrônicas e fraude, comunismo, fechamento de igrejas e outras temáticas foram comuns nos discursos disseminados para a base eleitoral bolsonarista. A intenção, segundo aqueles que buscaram analisar o que pautava a comunicação do então candidato à direita e seus apoiadores, era a de dominar o debate fugindo de temas mais tradicionais como educação, saúde e economia. A disseminação de notícias falsas era utilizada, mais uma vez, como uma arma política e encontrou espaço no ecossistema de desinformação brasileiro.

Segundo Claire Wardle, em *Entender a desordem Informacional*, esse ecossistema não se baseia somente em algo linear — quando um emissor distribui falsidades de maneira aleatória para os usuários. Mas, principalmente, se apoia em uma estratégia coordenada, baseada em produção, circulação, consumo e reprodução da desinformação. Em outras palavras, é a distribuição direcionada de um conteúdo pensado para atingir

grupos específicos, na intenção de se fazer valer uma outra realidade, distinta do fato. A estrutura é composta tanto por robôs quanto por humanos capazes de captar os sentimentos e ânimos de um grupo.

As eleições presidenciais passadas já deixaram claro que, cada vez mais, as disputas políticas serão inundadas por conteúdos nas redes. E a mobilização de diversas temáticas de maneira acelerada, revelou que as campanhas utilizavam cada plataforma de uma maneira diferente.

Temas como “democracia”, “ditadura”, “regime militar”, “golpe”, “forças armadas”, “evangélicos”, “oraremos”, “voto auditável”, “voto impresso” e “fraude nas urnas”, eram recorrentes nos perfis mais próximos de Jair Bolsonaro em redes como X (Twitter) e Youtube.

Como exemplo, a plataforma de vídeos Youtube tinha uma presença maior de conteúdos em favor da ala bolsonarista devido a uma maior presença de grupos de apoio. Já eleitores e simpatizantes de Lula eram mais fortes no X, (Twitter), como aponta um levantamento realizado pelo Observatório das Eleições — grupo de pesquisa que se dedicou a observar os episódios da campanha eleitoral de 2022, de agosto a novembro, através das redes sociais.

A presença de conteúdos sobre os sistemas de urnas eletrônicas que, sob a ótica do campo bolsonarista, seria falho e possibilitaria fraudes nos votos, se manteve presente a todo momento e se intensificou durante o segundo turno das eleições, principalmente no Youtube. Bolsonaro e seus aliados carregaram o tema do início ao fim do período eleitoral, temendo a vitória do petista. Na realidade, como o 8 de Janeiro demonstrou, seus aliados e apoiadores levaram o tema até depois do final das eleições.

Durante o segundo turno proliferam-se, principalmente no X (Twitter), discursos mirando uma possível “censura” por parte do TSE e outras cortes superiores do país, por conta da retirada de conteúdos nas plataformas por motivos de desinformação.

Já o campo petista utilizou mais temáticas voltadas à democracia, presentes tanto no Youtube quanto no X (Twitter). Economia, religião, gênero e pandemia também ganharam espaço. De maneira geral, foram temas que guiaram a campanha e mobilizaram sua base na maior parte do tempo.

Há quem diga que Lula demorou para encontrar uma maneira de proliferar conteúdo nas redes e Jair Bolsonaro, junto de seu gabinete, já tinha experiência. Não há como mensurar tal diferença. Mas, na esteira dessa possibilidade, a campanha do petista contou com o apoio de algumas figuras já experientes na comunicação com as redes sociais que, por sua vez, foram emblemáticas e centrais para alavancar os eleitores das plataformas.

Guilherme Boulos, do PSOL, que disputou as eleições municipais em 2020, já tinha angariado experiência para falar com o eleitorado através de plataformas como X (Twitter), TikTok e Instagram. Em 2022, ao lado de Lula, sua presença não foi diferente. O petista também pode contar com a contraofensiva desempenhada por André Janones, do Avante, que auxiliou em tópicos sobre economia e desinformações referentes à campanha do candidato. Janones manteve a estratégia de “pautar” as discussões que aconteciam nas redes, sem abrir caminho para os opositores ditarem os debates. No entanto, diante de tamanha polarização e porosidade das redes, Lula não foi isento de disseminação de desinformação também.

A Abraji dedicou parte de seu monitoramento em 2022 aos perfis dos presidencialistas nas redes, para além de Lula e Bolsonaro.

De acordo os resultados, do dia 16 de agosto — início do período oficial eleitoral — a 1º de outubro —véspera do primeiro turno —, foram contabilizados 51 ataques.

O dedo de Jair Bolsonaro esteve na maioria dos casos, com 50,1%. Mas, para demonstrar que os ataques não são exclusivos da direita brasileira, o segundo nome que apareceu no monitoramento foi o de Sofia Manzano, candidata do PCB (Partido Comunista Brasileiro), em 15,7% dos casos. A candidata acusou a imprensa de mentir e enfraquecer sua campanha, recorrentemente. O monitoramento também notou que não foram identificados discursos estigmatizantes vindos dos perfis de Lula e Simone Tebet.

De certa maneira, para os candidatos de oposição, era interessante criar um outro tipo de relação com a imprensa, a fim de fazer um contraponto à postura de Bolsonaro.

A violência nas redes

Com a presença das redes sociais nas disputas políticas, o assédio online a jornalistas se tornou mais comum. No Brasil, isso se intensificou principalmente em ataques verbais e na construção de discursos e campanhas de ódio contra jornalistas mulheres.

De acordo com o estudo “Como Operações de Influência entre plataformas são usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?”, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia na Democracia Digital, Internet Lab., Laboratório de Pesquisa Digital Forense do Conselho Atlântico, Instituto Vero, Revista AzMina e Volt Data Lab., a misoginia e o racismo são os elementos mais frequentes nas estratégias de ataque aos profissionais da imprensa. Ainda, segundo o levantamento que

foi realizado durante 2022, jornalistas mulheres e jornalistas não brancos são mais atacados do que seus colegas — em sua maioria, homens e brancos.

Enquanto jornalistas mulheres estão mais sujeitas a conteúdos misóginos, jornalistas negros relataram serem associados à criminalidade. E, como identificado nos últimos anos, em diversos casos, tamanha violência pode ser crucial para intimidação do trabalho profissional, impedindo que o repórter continue uma apuração.

Como é de se esperar — para aqueles que acompanharam o desenrolar das campanhas pelo X (Twitter) — a plataforma se mostrou como um dos ambientes mais problemáticos e propícios para investida contra jornalistas. Mesmo sendo um ambiente capaz de dar visibilidade e espaço para discussões de pautas importantes, a plataforma é apontada como um lugar de vulnerabilidade para profissionais da imprensa.

Foi nessa rede social que a jornalista Míriam Leitão, comentarista política da Globo News e colunista do jornal O Globo, sofreu múltiplos ataques desencadeados por uma postagem feita pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, em 2022. A jornalista havia postado na rede que Bolsonaro era um “inimigo confesso da democracia” e Eduardo respondeu à postagem com a intenção de ironizar Míriam, dizendo estar “com pena da cobra”, debochando do fato de Leitão ter sido torturada durante a ditadura militar, quando passou horas trancada em uma sala com uma jiboia enquanto estava grávida de um mês.

A resposta de Eduardo Bolsonaro desencadeou o endosso de bolsonaristas que se aproveitaram da impunidade da plataforma para contribuir com o deboche. Na esteira do acontecimento, diversas personalidades políticas e colegas de profissão declararam

apoio à jornalista pelo ataque sofrido. Em seu editorial, o jornal O Globo descreveu como “repugnante” e repudiou com veemência a agressão proferida pelo parlamentar.

Essa não seria a primeira, tampouco a última vez em que Míriam Leitão sofreria um ataque sistemático nas redes sociais. Mas, esse caso, assim como tantos outros, demonstram a abertura e vulnerabilidade que uma jornalista pode sofrer na plataforma.

No X (Twitter), a pesquisa revelou que mulheres jornalistas recebem o dobro de ofensas em relação a homens, seguindo o padrão que os relatos demonstraram — ataques voltados a seus corpos e ofensas à capacidade profissional e intelectual.

A tensão natural do período eleitoral e a presença ainda mais forte das plataformas digitais como instrumentos de campanha dos candidatos são fatores importantes para compreender as campanhas de difamação mais frequentes no último pleito. Contudo, como foi apresentado anteriormente, os casos surgiram lá atrás, apoiados na lógica de funcionamento das próprias plataformas.

Assim como o da colega Míriam Leitão, o relato de Patrícia Campos Mello se torna emblemático por se tratar de um dos primeiros casos, no âmbito da cobertura política, de um assédio em massa que, não só procurava eliminar a credibilidade da repórter como também divulgar dados pessoais, prática conhecida como doxing.

A pesquisa “Como Operações de Influência entre plataformas é usadas para atacar jornalistas e enfraquecer democracias?” demonstrou que no aplicativo de mensagens WhatsApp os ataques à imprensa funcionam de uma forma mais estratégica. Os usuários são capazes de desenvolver até códigos para se referir a jornalistas. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no Brasil,

grande parte dos brasileiros se informa pelo aplicativo de mensagem e tendem a confiar no que recebem, mesmo com o alto índice de informações falsas presente.

Em seguida está o Youtube, plataforma de vídeos apontada com maior recorrência para campanhas de difamação contra a mídia tradicional, através da mobilização de “dislikes” em conteúdos com tópicos específicos.

O ano de 2019 marcou não somente uma virada de chave nos agentes agressores da imprensa — da criminalidade às autoridades políticas — como também consolidou a tendência de migração dos ataques das ruas para as redes sociais. A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) registrou uma queda de 51% nos casos de agressões físicas a jornalistas, em relação ao ano de 2018, mas identificou cerca de 4 milhões de ataques virtuais contra a imprensa.

O cenário perdurou durante os anos que seguiram até a disputa de 2022 na tentativa de estabelecer um antagonismo à imprensa profissional. Detectado pela FENAJ, os ataques cibernéticos contra veículos de comunicação aumentaram significativamente de 2021 a 2022. Jornalistas que trabalham em mídias digitais foram a categoria mais agredida.

Nesse caminho, alguns jornalistas receberam mais de 25 mil ataques nas redes sociais no período entre o início oficial da campanha e o primeiro turno de 2022, como foi o caso de Vera Magalhães. Foram 26.706 ataques a Vera nas redes entre 16 de agosto e 2 de outubro, como mostra o relatório da ONG Repórteres sem Fronteiras (RSF).

Além de assustador, os números representam uma campanha de descrédibilização constante, não somente direcionada a veículos, mas à própria figura por trás das apurações. Ou seja, o

que casos como o de Míriam, Vera, Patrícia, Daniela Lima, Juliana Dal Piva e tantas outras jornalistas e veículos de comunicação demonstram é o fato de que a desinformação desempenha tal formato nas plataformas digitais e é capaz de burlar os direitos da comunicação, como escreve Vitor Blotta, em *Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 no Brasil e em São Paulo*. Para além de ferir direitos individuais por trás da apuração do repórter, que está apenas exercendo sua profissão, a desinformação fere também o interesse público.

Nesse sentido, o que já entrou em discussão nas eleições passadas e deverá, mais intensamente, ser debatido nos próximos pleitos — sejam municipais, estaduais ou federais — é a responsabilidade política por trás das plataformas. Nas mãos de líderes populistas, elas podem favorecer a disseminação em massa de fake news e gerar um ambiente hostil para o exercício da imprensa profissional.

É preciso pensar além do algoritmo e questionar a relevância e a lógica de mercado das empresas mantenedoras dessas redes sociais. Afinal, concentram um espaço de debates públicos sujeito à polarização. A responsabilidade das plataformas anda junto do alcance de seus conteúdos. Ou, pelo menos, deveria andar. Sejam eles verdadeiros ou não.

A lógica de funcionamento das redes — similar ao acúmulo de poder angariado pelos conglomerados de comunicação mais tradicionais — gera um ambiente poroso e ideal para a disseminação de desinformação. Essa avaliação segue estudos desempenhados pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, composto por mais de 500 organizações ao redor do Brasil que atuam em conjunto.

Pode-se dizer que, em um ambiente que atualmente não apresenta sinais concretos de alguma regularização, a vulnerabilidade daqueles que se empenham para barrar a desinformação se torna ainda mais acentuada.

A maneira que as plataformas atuam em momentos intensos como os de movimentações políticas, não somente no Brasil, acaba sendo propícia para personalidades populistas. É o que explica Conrado Corselette, editor-chefe do Nexo Jornal. “Quando pensamos no Brasil o sentimento antiestablishment surgido em 2013 acabou cooptado por políticos de extrema direita. As redes sociais, antes vistas como um instrumento de ampliação da pluralidade e da participação política, foram infestadas por desinformação, a partir de expedientes intencionalmente manipuladores. De certa forma, os algoritmos das big techs estimularam os radicalismos”, explica.

Os “radicalismos” mencionados não são, puramente, a violência, mas associam-se aos sentimentos. Segundo Bakir e McStay, as redes se aproveitam da estratégia associada à “economia das emoções”. Ou seja, a violência nas redes sociais, que transborda nas ruas e segue o curso de uma institucionalização, estão ligadas a emoções aproveitadas por grupos políticos nas plataformas, capazes de pregar a atenção em certos assuntos.

“Acho que no começo, em 2018, ninguém tinha muita ideia da escala e magnitude disso tudo”, conta Patrícia Campos Mello. Segundo a jornalista, ainda que casos similares do uso das redes sociais em eleições tenham acontecido alguns anos antes em outros países, a mídia e as instituições brasileiras, como o TSE, não sabiam por onde começar. Não havia posicionamento das plataformas para lidar com o financiamento de mensagens falsas.

Para a jornalista, a falta de preparo e entendimento da situação abriu brechas nas investigações naquele ano. Isso se deu,

pois, de acordo com o Marco Civil da Internet, as plataformas digitais só são obrigadas a armazenar informações sobre mensagens e conteúdos durante seis meses. Portanto, quando foi dado o pontapé para investigar o impulsionamento de mensagens falsas, na época, já não existia mais informações armazenadas pelas plataformas, dificultando as investigações e punições.

“Acho que a conscientização da sociedade civil e do governo vão avançar”, comenta Patrícia sobre a participação das redes em períodos eleitorais e o aumento da violência contra jornalistas. Ela, porém, pontua que essa estratégia usada principalmente pela extrema direita continuará. “É um instrumento de campanha de comunicação política. A violência virou um tópico de campanha eleitoral e é utilizado para mobilizar a base.”

Os ataques são das ruas às redes? Na atual presença das plataformas digitais durante as disputas políticas e com a alta incidência de desinformação circulando, pode-se dizer que o processo é quase que simultâneo. E, o que resta para as próximas eleições é uma atenção elevada nessa relação.

VI. A violência no “Mega Centro-Oeste”

São cerca de 72 quilômetros de viagem pelo Rio Itaquaí para chegar em Atalaia do Norte. A região fica no interior do estado do Amazonas, norte do país, no que é conhecido como Vale do Javari, endereço com altos índices de invasões de terras por madeireiros e garimpeiros. Seriam 72 quilômetros da comunidade ribeirinha de São Rafael até o que marcou o ponto de partida de uma expedição iniciada pelo indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips.

Dom e Bruno foram vistos pela última vez por volta das seis horas da manhã, quando fizeram uma parada em São Rafael, a fim de se encontrarem com um líder comunitário. A parada já fazia parte da rota de volta de uma expedição dedicada a visitar cinco aldeias da região, na intenção de conversar com lideranças sobre a proteção daquele território. Bruno guiaria o trajeto, enquanto Dom realizaria entrevistas ao longo do caminho para um novo livro. Juntos, de barco, por territórios que vivem em constante tensão, os dois foram declarados como desaparecidos. A última vez que foram vistos foi naquela comunidade ribeirinha, ansiando pela volta à Atalaia do Norte. Mas os dois nunca mais foram vistos.

Naquela tarde do dia 5 de junho de 2022, equipes da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) se dedicaram a buscá-los, mas não tiveram sucesso. Na manhã do dia

6, o desaparecimento foi divulgado pela mesma entidade e pelo Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Isolados e de Recente Contato (OPI).

Em quase todas as entrevistas coletadas para este livro-reportagem, o caso do jornalista britânico e do indigenista foi citado como maneira de reconhecer tamanha vulnerabilidade e brutalidade que os casos de violência jornalística e política podem chegar. O que aconteceu com Dom e Bruno, de certa forma, marcou o ano de 2022 e provocou as mais diversas reações do público.

Assim que foram dados como desaparecidos, entidades mais próximas das causas ambientais e indígenas, que se dedicam a monitorar a região amazônica, se manifestaram em seus veículos e plataformas digitais com tom de preocupação, justamente por reconhecerem a ameaça que ronda o território constantemente.

Além deles, veículos mais tradicionais da imprensa e usuários comuns das redes sociais repercutiram o caso esperando por respostas. Diversas organizações passaram a cobrar o governo e os órgãos por mais empenho no caso, criticando que o ocorrido teria relação com a ausência de fiscalização na região do Vale do Javari, constante alvo de disputas e invasões de terras indígenas por madeireiros e garimpeiros.

O caso teve repercussão internacional. O Google registrou um aumento nas buscas pela região em que as vítimas desapareceram, escancarando o desconhecimento do próprio país em relação à violência da região. Mas, também vale ressaltar que, o caso provavelmente não ganharia a mesma repercussão caso Dom Phillips não tivesse origem inglesa. As coisas seriam diferentes, como na falta de ação do poder público e agentes internacionais nos casos rotineiros de brutalidade na região, com jornalistas pretos e pardos.

O Brasil do Centro-Oeste

A região que engloba grande parte dos territórios indígenas do país é próxima de onde se concentra grande parte do setor rural brasileiro. O mesmo setor que se envolve em conflitos com aqueles que buscam proteger as terras do desmatamento ilegal, esbanjou um crescimento considerável na economia nacional nos últimos anos e que se viu cobiçado na eleição passada por representar uma parte importante do eleitorado.

O que é conhecido como “agronegócio” brasileiro nunca foi apenas um braço da economia do país. A história do país, datada a partir dos ciclos da agricultura brasileira, mostram a proximidade do setor com a política. Nos últimos anos, a região do centro-oeste brasileiro passou por uma fase transformadora e geradora de crescimento. A partir do fortalecimento de sua infraestrutura, o setor está inserido até internacionalmente, como explica o cientista político Mathias Alencastro, em uma coluna no jornal Folha de S. Paulo intitulada “O Brasil do Mega Centro-Oeste”.

A área — que, segundo o cientista político, engloba cidades e estados que vão desde os municípios paulistas a oeste de Campinas (SP) até Barcarena, no Pará — compõe uma macrorregião participante do setor que se reestruturou nos últimos anos, principalmente pela aproximação da China como forte parceiro comercial da América Latina. O agronegócio passou a participar ativamente na política do país, travando e intensificando as desavenças com as comunidades indígenas.

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, em 2018, junto de figuras mais conservadoras no Congresso, o protagonismo do setor se mostrou ainda mais forte. O desmantelamento de políticas voltadas à preservação do meio ambiente marcou os anos de seu governo, assim como certa aversão à causa indígena. Para ele

e seus aliados, a regulamentação e o monitoramento do uso das terras poderia aproximar o país do subdesenvolvimento. Dessa forma, à frente do poder, ações de fiscalização que antes eram realizadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e outras instituições, foram inibidas. E o caminho para atividades ilegais de garimpo e desmatamento ficou mais livre.

“Passando a boiada”, como disse o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante uma reunião ministerial em abril de 2020, o governo Bolsonaro apostou, desde o início de seu mandato, em uma relação mais próxima com a ala do agronegócio. Nomeando para o Ministério da Agricultura a ex-presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, Tereza Cristina, o governo anterior aumentou os recursos de crédito ao inflar o Plano Safra, que chegou a R\$340,8 bilhões — o maior da história. A investida foi acompanhada das desregulações de regras ambientais.

“O agronegócio brasileiro é expansionista por definição”, explica Alceu Castilho, fundador do site De Olho nos Ruralistas, um observatório dedicado ao monitoramento do agronegócio no Brasil. “Ele precisa se expandir em cima de terras de uma forma infinita, por vezes, burlando certos passos. A partir disso acontecem os conflitos socioambientais decorrentes.”

Em 2018, Bolsonaro venceu na região do Centro-Oeste e em outros estados que compõem o polo do agro, com 66,5% dos votos frente aos 33,5% de Haddad. Em 2022, o apoio do setor ao candidato do PL não foi diferente. Segundo relatos realizados ao longo de uma longa reportagem do jornal O Globo produzida por Marina Dias, que se dedicou a traçar o perfil dos grupos de eleitores que estavam na mira dos candidatos, o sentimento do antipetismo é predominante em grande parte dos produtores rurais do Mato Grosso — núcleo da agropecuária no Brasil. Apesar

de fazerem críticas ao ex-presidente em relação à sua postura, os entrevistados reconheceram que, durante seu mandato, Bolsonaro tomou medidas que favoreceram o setor e, portanto, mantiveram o seu apoio.

Diante de uma relação já azeitada entre o bolsonarismo e o campo do agronegócio, Lula enfrentou certa dificuldade durante a campanha para diminuir resistências que o setor tinha com sua própria figura e com o petismo. Para tal tarefa, fechou acordos com alguns nomes mais bem vistos pelo setor e, no jogo eleitoral, a intenção era a de que essas figuras ajudassem a lembrar políticas dos governos petistas anteriores que favoreceram o campo. Nessa investida, a campanha do petista apostou no nome de seu companheiro de chapa e então candidato a vice, Geraldo Alckmin, como uma via de diálogo.

De certa maneira, questões relacionadas ao meio ambiente estiveram no meio do caminho dessas eleições e foram ponto de decisão para votos. Esse foi um tema que colocou frente a frente forças políticas que pretendiam continuar com o desmantelamento de políticas públicas de fiscalização de terras e programas de agricultura e outros que pretendiam realocar o governo com a proteção de seus biomas. A parlamentar Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, foi uma figura importante nesse contraponto.

Essa não foi a única parcela do eleitorado que se mostrou difícil para a campanha do petista. Assim como o setor da agropecuária, Lula tentou conquistar parte do eleitorado religioso, em especial os evangélicos, que também se mostravam mais próximos de seu adversário.

A religião e o eleitorado evangélico

As eleições de 2018 e 2022 trouxeram o elemento da religião mais à tona. Mas, como aponta a repórter especial da Folha de S. Paulo, Anna Virginia Balloussier, demora-se anos e anos para que algo aconteça da noite para o dia. A presença dessa parcela da sociedade na política brasileira pôde ser vista já em meados dos anos 80.

Anna menciona que, ainda que na época a parcela evangélica da população não passasse muito dos 10% do eleitorado, ela já se fazia presente em disputas como a de Lula e Collor, em 1989. Desde então, a presença da religião na vida política apenas aumentou e o segmento evangélico quase triplicou no país.

“Foram importantes no apoio a Lula em 2002 também, mas digamos que as pautas morais do segmento começaram a entrar de uma forma mais incisiva em 2010”, conta Anna. O ano coincidiu com o início de sua carreira na Folha de S. Paulo. Na época, sua editora a encarregou de acompanhar missas e cultos evangélicos a fim de apurar o que as igrejas estavam falando sobre o aborto. O tema sempre orbitou o debate público, mas, até aquela disputa eleitoral entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), não tinha peso eleitoral. Enquanto a petista era a favor do aborto, o tucano martelava nessa tecla a fim de desestabilizá-la. Até que foi noticiado que a esposa de Serra já havia realizado o procedimento e, então, a história tomou outros rumos.

Em 2003, formou-se a primeira Frente Parlamentar Evangélica no Congresso, coincidindo com o primeiro ano de mandato de Lula. Já em 2010 e nos pleitos seguintes o movimento dessa parcela foi meio pendular em relação aos candidatos, chegando em 2018 já como uma força política consolidada.

“Em 2018 isso cresce e Bolsonaro percebe que essa é uma aliança eleitoral poderosa que fez a diferença”, diz Anna. Segundo o Datafolha daquele ano, cerca de 70% dos votos evangélicos foram para ele. Para além do interesse em isenções tributárias, essa parcela do eleitorado viu, pela primeira vez, uma atenção e uma defesa de suas causas chegando no Palácio do Planalto.

A jornalista enfatiza que, em 2018, o fato de lideranças do campo, como Silas Malafaia, Magno Malta e Edir Macedo, terem apoiado a candidatura também foi importante.

Isso deságua em 2022. Bolsonaro manteve a interlocução com o segmento e utilizou a figura de sua esposa, Michele Bolsonaro, para a ponte com mulheres evangélicas. Lula, por outro lado, incorporou um pouco do que foi em 2002 e lançou, no segundo turno, uma carta destinada ao segmento, com um empurrão de Marina Silva e a senadora Eliziane Gama, personalidades mais ligadas à ala religiosa. Ainda assim, não houve um consenso na articulação da campanha do petista sobre a maneira correta de lidar com o eleitorado.

O agronegócio e o campo

Assim como o eleitorado religioso, também ocorreram mudanças nos últimos anos no que se entende pelo agronegócio brasileiro, como explica Alceu Castilho. A ideia do “mega centro-oeste” levantada por Mathias Alencastro pode ser percebida no que tange à bancada ruralista atual. Castilho explica que ela não é composta majoritariamente por deputados do Centro-Oeste e do Norte, mas por deputados do Sul e Sudeste. “Isso mostra que, nos últimos anos, aconteceu uma alternância de poder nesse setor, ao mesmo tempo em que ele se inseriu mais no movimento político. Os proprietários econômicos ficam mais ao sul”, explica.

Nas palavras de Castilho, é como se o velho coronelismo de Victor Nunes Leal¹, das entrelinhas de Jorge Amado², tivesse dado espaço à urbanização do modelo agropecuário, constituindo o agronegócio como algo que passa por uma financeirização gerida à distância. É nesse jogo de poder que comunidades quilombolas, aldeias indígenas e a agricultura camponesa sofreram diversos reveses nos últimos anos e estiveram sujeitos a ameaças constantes.

Segundo o relatório “Violência Contra Povos Indígenas no Brasil”, realizado pelo Cimi (Conselho Indígena Missionário) e divulgado no período pós eleições presidenciais de 2022, há evidências de que, de 2018 a 2022, houve um aumento exponencial de atividades ilegais de extração em terras Yanomamis, a partir do financiamento de parlamentares do Congresso, demonstrando uma relação direta com os índices de violência nessa região.

Assim como outros monitoramentos realizados nos últimos anos, o relatório aponta uma violência proveniente de outras atividades — não somente do garimpo, mas também de exploração ilegal de madeira e disputas por terra. Nos anos que marcaram o governo Bolsonaro, foram identificados 795 assassinatos de indígenas segundo o Cimi. Isso representa um aumento de mais de 54% em comparação com os registros realizados entre 2015 e 2018, nos governos Dilma e Temer, quando houve 500 mortes.

O ano de 2020 registrou o maior número de assassinatos, 216 no total, marcando o maior registro em 20 anos da série de levantamentos do Cimi. Já no ano eleitoral de 2022, segundo o monitoramento, foram registradas 180 mortes. Os estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Amazonas foram os mais violentos

1 Referência ao livro “Coronelismo, Enxada e Voto” de Victor Nunes Leal (1948) que trata sobre a vida política brasileira a partir do sistema do coronelismo.

2 O romancista trata sobre o tema do coronelismo em seu título “Gabriela, Cravo e Canela”.

Na última década, frente a um aumento da concentração fundiária e uma mudança de rota no uso da terra, é possível ligar o avanço do desmatamento com áreas pecuárias e de monocultivo, como apontam os registros do Map Biomas. Tal avanço está diretamente ligado à expansão dessas fronteiras agrícolas por meio de apropriações ilegais de grilagens de grandes parcelas da terra, garantidas pela falta de políticas de fiscalização. O que se enxerga no país é um apossamento irregular causador de conflitos socioambientais.

Castilho destaca, porém, que a barbárie no campo não surgiu com Jair Bolsonaro. “A bancada ruralista sempre foi expressão de algo violento na região que lhe interessava, de pessoas que se organizam politicamente para promover repressão a outros movimentos. O que acontece é que ela passou a ser naturalizada e legitimada”, explica.

A cobertura do conflito no campo

Fundador do portal De Olho nos Ruralistas e autor do livro “Partido da Terra - como os políticos conquistam o território brasileiro”, de 2012, Alceu Castilho pontua que a cobertura da imprensa sobre as atividades do agronegócio e conflitos no campo já foi algo muito maior e faziam parte do que já foi o volume que os veículos carregavam na sua versão impressa. “Além de serem mais gordos, os jornais impulsionavam a viagem do repórter que ia até o conflito e, também, recebiam informações do campo em um país que tinha mais gente no campo”, explica.

Para Castilho atualmente só há espaço na mídia tradicional para tal conflito quando há uma grande eclosão social, acentuando uma “lógica brasileira de extremo desconhecimento sobre o próprio território”. Nesse sentido, a imprensa independente se

aventura mais nesses temas, com uma estrutura menor que a de grandes veículos e com equipes mais vulneráveis a sofrer algum tipo de violência durante a cobertura no campo.

Segundo o monitoramento de violência contra jornalistas realizado pela Abraji em 2022, as regiões Sudeste e Centro-Oeste concentraram a maior parte dos ataques registrados, sendo 266 (40,6%) e 85 (15,3%), respectivamente. O relatório ainda faz ressalvas devido à concentração de jornalistas e veículos nos estados do Sudeste. Por isso os ataques sofridos nessa região passam a ser notabilizados. Por isso, é possível que agressões que aconteceram mais no interior do campo tenham ficado de fora do monitoramento. Já a Fenaj ressaltou que a região do Centro-Oeste se manteve com o maior número de casos de atentados à liberdade de imprensa.

“É uma região que, em sua maioria, se mostra intimidadora para uma cobertura jornalística. Isso se dá porque envolve conflitos”, diz Caio de Freitas Paes, repórter da Agência Pública especializado na cobertura socioambiental e conflitos de terras.

Ele destaca que a expansão desse setor está ligada ao aumento da violência da região e muito disso é possível de se enxergar nas relações de parlamentares em Brasília. Como exemplo, comenta que, nos últimos anos, foi possível observar uma veia latente da bancada ruralista indo ao encontro da bancada da bala no Congresso. Essa relação cresceu com o interesse de aprovar projetos de lei que dão aos donos de terra um acesso livre às armas.

Cobrindo a disputa de terras e a agricultura camponesa, pôde ver de perto o avanço das milícias rurais dos últimos tempos. A violência, que antigamente era mais produzida por pistoleiros, passava por uma terceirização, pois, na maioria das vezes, esses pistoleiros eram acionados pelos proprietários do latifúndio.

“Abusavam das populações que podiam representar ameaças, seja por invasões de terra, seja porque estavam em propriedades que esses donos de terra gostariam de tomar para si”, explica Caio.

Segundo o jornalista, o que aconteceu nesses últimos anos é que o acesso ao armamento derivado dessa relação com parlamentares possibilitou o aumento do poder de fogo desses grandes fazendeiros.

O repórter ainda sinaliza que parte do aumento da violência na região também se deu pelo decreto sancionado em 2019 pelo governo Bolsonaro, que flexibilizou o porte de armas no país, autorizando que residentes rurais pudessem portar armas em toda a extensão de sua propriedade. A lacuna nessa decisão está na expansão fundiária ilegal e no avanço da grilagem e outras atividades ilegais sob terras não fiscalizadas.

E a violência chega no jornalismo também. “Infelizmente, a maioria da cobertura socioambiental de qualidade ainda está concentrada nos grandes centros — Sul e Sudeste — e isso faz com que, muitas vezes, o repórter não esteja em campo. Então, mesmo em contato com fontes camponesas, ele não sente diretamente a violência latente de lá”, explica Caio.

Como resposta ao incômodo de cobrir conflitos estando longe deles, veículos como o Sumaúma Jornalismo surgiram nos últimos anos, a fim de sanar essa insatisfação e desempenhar uma cobertura jornalística in loco. Além de veículos mais recentes, a Repórter Brasil se dedica, há cerca de 21 anos a reportar os conflitos de terras na região amazônica, investigando as cadeias de produção de grandes empresas do setor, relatando, também, como manter uma cobertura ativa em um ambiente de tanta tensão.

Em coberturas à distância é mais comum sofrer ameaças jurídicas e, ao se deslocar para a região da apuração, o ideal é que

a equipe jornalística esteja sempre junto de guias que conhecem mais o local. “Não dá para ficar dando sopa e sair dizendo que é jornalista. Dependendo da região não se recomenda”, diz Caio.

Durante a cobertura no campo, Caio comenta que ele e o fotógrafo que normalmente o acompanha alinham tudo com as fontes antes de começar a apuração. Cautela é essencial. “Quando você vai para uma região com o intuito de fazer uma denúncia, não é no primeiro dia da viagem que você vai atrás do denunciado. Você vai no último dia e com as malas arrumadas no seu carro”, explica.

“A coisa pública passa a ser mal percebida pelo proprietário de terra e muitas vezes na intenção de levantar informações, o próprio jornalista acaba entrando no conflito”, diz Alceu Castilho ao contar sobre a expulsão de sua equipe de terrenos perto do Pará durante uma cobertura.

Meses antes do primeiro turno, sua equipe realizou uma viagem pela Transamazônica para gravar uma série de reportagens. A situação estava tensa e, com uma equipe de audiovisual todo o cuidado era pouco, pois os equipamentos ficam à mostra. Em certo momento, o carro de sua equipe cruza com um caminhão carregado de madeira, que, ao enxergar o material de filmagem, deu meia volta para confrontá-los. “De certa forma, o bolsonarismo potencializou toda essa violência e dificuldade, à medida que tentou regularizar a grilagem.”

Daniel Camargos, jornalista e repórter especial da Repórter Brasil, diz ter se dedicado, nos últimos quatro anos, aos conflitos do campo, vendo de perto a violência contra quilombolas, sem-terra, indígenas e ribeirinhos, principalmente na região da Amazônia. O jornalista afirma que a forma de cobrir esses casos foi mudando ao longo do tempo.

“Foi uma cobertura difícil, porque existia um discurso oficial, do ex-presidente, do ministro do Meio-Ambiente, do primeiro escalão do governo, que estimulava a violência contra os povos originários e as populações tradicionais”, explica Daniel. A presença de um discurso oficial que tomava o lado do agronegócio e protegia quem gerava a violência fazia com que o trabalho jornalístico no campo fosse mais cuidadoso.

“A violência nessa área é constante, independentemente do governo. Camponeses, quilombolas e indígenas sempre foram vítimas de ataques, que muitas vezes vinham da prefeitura ou de um governo estadual que fossem contrários a eles. Mas, nos últimos quatro anos, existiu uma ordem maior, que vinha do próprio governo federal”, pontua Camargos.

Segundo o jornalista, esse comportamento gerava empoderamento daqueles que buscavam invadir territórios demarcados. “Essa postura provocava, também, um alinhamento entre as forças de segurança da região e o interesse dos empresários por trás das grandes empresas do agronegócio”

Em 2021, Daniel foi para Porto Velho, em Rondônia, para uma reportagem sobre a Liga dos Camponeses Pobres e o enfrentamento do bolsonarismo na região. A matéria seria sobre dois membros da Liga, que estavam sendo investigados pelo assassinato de dois PMs. Além disso, contaria sobre os sucessivos cercos policiais que estavam acontecendo. Assim como outras coberturas por lá, o caso exemplifica esse alinhamento das forças de segurança da região com um discurso contra as populações tradicionais.

No começo da reportagem, Camargo conta que ele e seu colega, Fernando Martinho, foram abordados bruscamente por homens que pareciam com policiais, ainda que não tivessem identificação ou uniformes.

“Foram sete homens com camisetas pretas que chegaram empunhando pistolas e fuzis na direção dos camponeses que estavam jogando sinuca em um bar da zona rural da cidade. Quando viram meu colega e eu, perguntaram quem éramos, com as armas voltadas para nossos rostos”, conta o jornalista.

Ambos apresentaram suas carteiras profissionais para aqueles homens que se diziam policiais, mas que não exibiam qualquer tipo de identificação. Os camponeses também foram revistados e, ao final daquela cena, um dos policiais fez questão de avisar Daniel e Fernando para que tomassem cuidado. Segundo ele, os dois estavam “no meio de uma guerrilha”.

Frente a isso, Camargos explica que foi preciso desenvolver um protocolo de segurança para ir a campo, para que a equipe de reportagem soubesse ler os riscos de uma determinada pauta. “Não é um limite, mas uma técnica que passamos a usar com certa constância. A gente desenvolve um protocolo para ter mais segurança e conseguir ir a campo sem ser vítima e para voltar e contar uma história”, pontua.

Ainda com a presença dessa vulnerabilidade no ambiente, Daniel frisa que essa é uma das principais motivações de continuar na cobertura realizando as reportagens. Segundo ele, não são apenas as situações de violência contra jornalistas na região que não ganham visibilidade — e o caso de Bruno e Dom foi uma exceção. Na ausência de uma fiscalização do poder público sobre os ataques diários contra os povos do campo, o jornalismo pode atuar contando as histórias através de provas, documentos, dados, entrevistas e mostrar os responsáveis. “Através das reportagens nós podemos desvendar esses laços para que gere algum efeito.”

Junto da equipe da Repórter Brasil, Daniel Camargos produziu o documentário “Relatos de um correspondente da guerra na Amazônia”. Um trabalho que homenageia o jornalista inglês

Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira, assassinados no Vale do Javari, e que busca entender o que outros veículos, que também se dedicam a cobertura dos conflitos entre o agronegócio e os povos originários, tentam compreender: como seguir fazendo reportagens na região com a presença de tamanha violência?

As hostilidades no campo aumentaram nos últimos anos e, talvez, continuem a se expandir. Ao jornalismo, cabe a continuidade das denúncias e, ao mesmo tempo, a preservação da segurança durante a cobertura dos conflitos.

Considerações finais

Retornar aos principais acontecimentos do que pareceu ter sido um longo período eleitoral clareou, ainda mais, os motivos por trás da importância que as eleições de 2022 angariaram na história da política brasileira. Sob a ótica daqueles que se dedicaram a contar o que acontecia nas ruas e dentro do tabuleiro da política nacional é possível entender que existem múltiplas facetas por trás daquele período e a análise da violência contra a imprensa é apenas uma delas. É, assim como outros pontos de análise, uma das pontes de conexão entre as eleições presidenciais de 2018 e 2022.

Muito aconteceu de lá para cá. É tanto que seria impossível descrever todo e qualquer detalhe e, de certo, há, ainda, muito o que se destrinchar. Mas, aqui, permanece o filtro de que na política brasileira nada está desconectado e que o jornalismo tem papel essencial na cobertura das grandes e pequenas partes dessa história. Há de continuar incomodando, mas, talvez, com algumas precauções.

Lá em 1967, a filósofa Hannah Arendt já escrevia, em seu livro *Verdade e Política* que “as mentiras foram sempre consideradas como instrumentos necessários e legítimos, não apenas na profissão de político ou demagogo, mas também, na de homem de estado”. Sim, as mentiras continuam presentes como instrumentos necessários para aqueles que chegam ao poder, os dias atuais mostram cada vez mais essa realidade. Mas, para além disso, o que os últimos anos mostraram — do período de 2018

a 2022 — é que “na profissão de político”, a descriminalização da imprensa tradicional andou junto com as mentiras, se legitimando através de uma estratégia de institucionalização.

Nas entrelinhas dos relatos desse livro-reportagem e com base no banco de dados utilizado, a partir de monitoramentos realizados por entidades que se dedicam a mapear a violência e os ataques contra jornalistas no Brasil e no mundo, não há como negar o fato de que os últimos pleitos demonstraram um aumento na violência contra a imprensa. Uma crescente que está frequentemente atrelada às mudanças na política do país e à emergência de um líder de extrema direita, em 2018, com características populistas. “Ele se ancora numa estratégia retórica ante elites, buscando uma conexão direta com seus apoiadores. Um líder carismático que não precisa da mediação das instituições representativas, como os partidos”, pontua Pablo Ortellado, professor e filósofo. De acordo com Ortellado, essa estratégia de poder se apoia num estresse constante frente às instituições tradicionais e ao jornalismo também.

Para Jair Bolsonaro permanecer com uma base concisa de apoiadores que apareceriam novamente nos momentos decisivos e delicados de sua tentativa de reeleição em 2022, era preciso manter em curso a institucionalização da descriminalização da imprensa, para que contestações externas não furassem essa proteção. Ao eleger jornalistas como adversários, assim como tantos outros, na cadeira da presidência da República, Bolsonaro legitimava ataques verbais, físicos e campanhas de difamação constantes nas redes sociais.

Não, a violência contra jornalistas não surgiu em 2018. A imprensa já foi desrespeitada inúmeras vezes em governos anteriores e por grupos sociais diferentes. O que as histórias deste trabalho demonstram é uma mudança na relação entre a cobertura

jornalística da política brasileira, a partir das eleições de 2018, que tornaram esse exercício cada vez mais desafiador e vulnerável nas eleições presidenciais de 2022.

Esses últimos quatro anos se mostraram desafiadores para a imprensa frente ao grau de desumanização em que esteve sujeita e, parte dessa vulnerabilidade está atrelada ao funcionamento das redes sociais.

Também, a violência contra jornalistas não deverá sumir por completo apenas porque Bolsonaro não ocupa mais a cadeira da presidência da República. Contudo, o que os relatos demonstraram é que, ao mesmo tempo que repleto de obstáculos, esse período também foi crucial para aprendizados e superações na cobertura jornalística.

Apesar de uma alta incidência de ataques em 2022, o jornalismo se mostrou mais preparado, principalmente no âmbito das redes sociais e das fake news. Como relatou a este livro-reportagem, a jornalista Lana Canepa, que se dedicou, também, a estudar a postura do governo Bolsonaro frente à imprensa, avalia que em 2022 a imprensa estava mais atenta e “caiu em menos armadilhas que em 2018”. Contudo, como pontua Ortellado, de 2018 a 2022, uma corrente de opinião e aversão ao jornalismo se consolidou em partes da sociedade, que permanecerá para além dos resultados de outubro de 2022.

E para além deste fenômeno, a precarização do trabalho jornalístico e da segurança na cobertura da política endossam os índices de violência. “Insistiremos para que este novo governo e os próximos tragam uma virada de chave no discurso contra jornalistas. Que seja um discurso de valorização e que compreenda o papel crítico dessa atividade”, diz Samira de Castro, Diretora da FENAJ. Ela menciona que para a garantia da segurança desses profissionais é necessário que se desenvolva um protocolo

nacional de segurança, em conjunto com as entidades sindicais representativas da imprensa, abrangendo, também, as empresas jornalísticas.

Entidades como a Abraji, FENAJ e Repórteres Sem Fronteiras que, nos últimos anos, se dedicaram a observar aspectos do aumento da violência contra jornalistas, no Brasil e na América Latina — como é o caso do RSF — mapearam o que será essencial para driblar os ataques. São iniciativas que envolvem o poder público, empresas jornalísticas e as plataformas de redes sociais. Propostas que vão do apoio das empresas aos profissionais e oferecimento de treinamentos de segurança, até o fortalecimento de programas do Estado como o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).

Atualmente, sem atuar de forma plena, o programa tem como objetivo receber denúncias de vítimas de ataques, realizar uma avaliação do risco que está em jogo e mapear as necessidades de proteção que devem ser adotadas, além do acompanhamento do caso. No entanto, só é aberto a profissionais da imprensa que abordam direitos humanos.

Lembrando que, é de responsabilidade do Estado brasileiro garantir o livre exercício de expressão e, também, adotar proteção contra profissionais vítimas de ataques e silenciamento. Pelo menos, essas são as garantias do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (1966) e Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), firmados.

Na esteira dos acontecimentos de 2018 e 2022, é necessário que os veículos permaneçam atentos e fortes em seu exercício. Antes de qualquer solução, é preciso compreender que sempre existirá tensão na relação entre o jornalismo, a cobertura política e

a própria política brasileira. Mas, isso não extingue a possibilidade de haver respeito nessa relação, para compor o funcionamento da própria democracia.

Em meio a conexão entre esses dois pleitos e a violência que se deu no entendimento de tudo, a informação de qualidade e o jornalismo se mostraram, mais uma vez, essenciais para os novos capítulos que virão.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Brasil).
Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Brasil).
Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Brasil).
Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Brasil).
Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO (Brasil).
Monitoramento de ataques a jornalistas no Brasil, 2022.
- AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel. Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Autêntica, 2023.
- BIGNOTTO, Newton; STARLING, Heloisa; LAGO, Miguel. Linguagem da Destruição: a democracia Brasileira em crise. 1. ed. Companhia das Letras, 2022.
- BOSCO, Francisco. O Diálogo Possível: por uma reconstrução do debate público brasileiro. 1. Ed. Todavia, 2022.
- CAPENA, Lana. Comunicação autoritária: elementos discursivos da tipologia do fascismo segundo Umberto Eco nas falas do presidente Jair Bolsonaro. PPGCOM, Universidade de São Paulo Escola de Comunicações e Artes, 2022.
- CORSALETTE, Conrado. Uma crise chamada Brasil: a quebra da Nova República e a erupção da extrema direita. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2023.
- DA EMPOLI, Giuliano. Os engenheiros do caos: Como as fakes news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. 1. ed. Vestígio, 2019.

- DEBORD, Guy. A sociedade do Espetáculo. Paris, 1967.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, 2018.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, 2019.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, 2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, 2021.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, 2022.
- GOULD, Larissa; BLOTTA, Victor. Desinformação e violência contra jornalistas como violências contra a comunicação: análise de casos entre 2021 e 2022 no Brasil e em São Paulo. Universidade de São Paulo, 2022.
- LIMA, Samuel; MICK, Jacques. Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. 1. Ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.
- MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- NOBRE, Marcos. Limites da Democracia: De junho de 2013 ao Governo Bolsonaro. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2020.
- RAMOS OSVALD, Daniela. Origens da Misoginia online e violência digital contra jornalistas mulheres. SBPJor, Universidade de São Paulo, 2020.
- RAMOS, Daniela Osvald; SAAD, Elizabeth. Violência digital contra jornalistas: o caso das eleições presidenciais de 2018. Compós, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2020.

Sites

ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Ataques misóginos a mulheres jornalistas triplica no período pós-eleições. Disponível em: Abraji | Ataques misóginos a mulheres jornalistas triplica no período pós-eleição. Acesso em: março de 2023.

AOS FATOS. Todas as declarações de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 23 janeiro 2023.

BERGAMO, Mônica. Um dia de cão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/um-dia-de-caos.shtml>. Acesso em: janeiro. 2023.

Café da Manhã. Folha de S. Paulo. Datafolha: Lula e Bolsonaro a um mês da eleição. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4az9cp20lum-gLOLuQoLvPx?si=440db85fed8c4da7>. Acesso em: junho de 2023.

Café da Manhã. Folha de S. Paulo. Eleições: a guerra pelo voto nas redes. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6jhBULQCPqbvV-QOTbc1ibS?si=kCgwofrtQaCS_qgRZWh8iw. Acesso em: junho de 2023.

Café da Manhã. Folha de S. Paulo. Porque Lula e Bolsonaro falam de Deus e Diabo em busca de votos. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6jMUannZoeuhCkLaqlFnH7?si=43e871df39504ab1>. Acesso em: junho de 2023.

Estadão. Bolsonaro acentua retórica inflamada e redes mobilizam base contra STF e comunismo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-acentua-retorica-inflamada-e-redes-mobilizam-base-contr-stf-e-comunismo/>. Acesso em: agosto de 2023.

Estadão. Bolsonaro e Lula levam religião para o palanque no 1º dia oficial da campanha. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noti->

cias/agencia-estado/2022/08/16/bolsonaro-e-lula-levam-religiao-para-o-palanque-no-1-dia-oficial-da-campanha.htm. Acesso em: agosto de 2023.

Estadão. Bolsonaro parte para cima de homem que o abordou no cercadinho do planalto. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-parte-para-cima-de-homem-que-o-abordou-no-cercadinho-do-planalto/>. Acesso em: agosto de 2023.

Estadão. Bolsonaro vira alvo por ofensa às mulheres; Lula por corrupção. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/no-1-debate-bolsonaro-vira-alvo-por-ofensa-as-mulheres-lula-por-corrupcao/>. Acesso em: agosto de 2023.

Estadão. Bolsonaro volta a Juiz de Fora e diz que eleição é luta do “bem contra o mal” mais uma vez. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-juiz-de-fora-e-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-mais-uma-vez/>. Acesso em: junho de 2023.

Estadão. Campanha opõe Lula na TV e Bolsonaro nas redes sociais. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/campanha-opoe-lula-na-tv-e-bolsonaro-nas-redes-sociais/>. Acesso em: agosto de 2023.

Estadão. Datafolha: Lula tem 47% e Bolsonaro 32%. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/datafolha-lula-tem-47-e-bolsonaro-32-ciro-soma-7/>. Acesso em: agosto de 2023.

Folha de S. Paulo. Aliados de Bolsonaro usam trecho de plano do PT para afastar agro de Lula Disponível em: Aliados de Bolsonaro tentam afastar o agronegócio de Lula - 17/08/2022 - Poder - Folha (uol.com.br). Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Apoia a ditadura tem atinge menor nível após reações de golpismo de Bolsonaro. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar.do?numero=50008&keyword=2022&anchor=6461535&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=8b-203fd2af557f5768bedeb7df103b27>. Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. BOGHOSSIAN, Bruno. O golpismo em circulação. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar>.

do?numero=50013&keyword=2022&anchor=6461785&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=a2990a5b29eeab74784bfaaaa7cafa81 Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Bolsonaro diminui distância de Lula a 15 pontos. Disponível em: Datafolha: Bolsonaro diminui distância de Lula a 15 pontos - 18/08/2022 - Poder - Folha (uol.com.br). Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Bolsonaro evita se comprometer com urnas no JN. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar.do?numero=50009&keyword=2022&anchor=6461545&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=8dfd2aaecbd913c8c05b230c9741b7ef>. Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Bolsonaro prova que a TV não reina sozinha, mas tem peso eleitoral. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar.do?numero=50012&keyword=2022&anchor=6461729&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=f4fd6e105cc245ac6df1f668befbecd4> Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Bolsonaro trava entre os mais pobres e vai atrás dos votos de 2018. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar.do?numero=50008&keyword=2022&anchor=6461534&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=84c5b3d43e7ca6f4df61ac914d6ae4a3>. Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Coluna Painel. “Limite”. Disponível em: Acervo Digital - Folha de S. Paulo Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Disputa por evangélicos atinge auge e leva Janja e Michelle à linha de frente. Disponível em: Evangélicos têm auge político e realçam Michelle e Janja - 17/08/2022 - Poder - Folha (uol.com.br). Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Entenda 11 de agosto e ato em defesa da democracia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/entenda-por-que-11-de-agosto-e-data-simbolica-para-atos-pela-democracia.shtml>. Acesso em: agosto de 2023.

Folha de S. Paulo. Lula e Bolsonaro acenam a evangélicos em primeiro dia da campanha eleitoral. Disponível em: Acervo Digital - Folha de S.Paulo. Acesso em: julho de 2023.

Folha de S. Paulo. Lula e Bolsonaro testam propagandas e ataques no Youtube. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/compartilhar.do?numero=50013&keyword=2022&anchor=6461832&origem=busca&originURL=&maxTouch=5&pd=7b4b108220a3fc20dd490a239dbc355f>. Acesso em: julho de 2023.

Folha de São Paulo. Bolsonaro ganha fôlego e marca 26%; Lula lidera com 43%, diz Datafolha. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49860&keyword=Datafolha&anchor=6452700&origem=busca&originURL=&maxTouch=10&pd=3bae0298a9cc13e62f12046b2d1f158d>. Acesso em: junho de 2023.

Folha de São Paulo. Lula e Bolsonaro acenam para evangélicos em primeiro dia de campanha eleitoral. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50006&keyword=eleicoes&anchor=6461413&origem=busca&originURL=&maxTouch=10&pd=54480ea465ae4af33be4f20802f320cc>. Acesso em: junho de 2023.

O Assunto. Bolsonaro: licença para atacar jornalistas. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6xq8mrBHH9JGbP7kqYpAr8?si=1899531d84134a31>. Acesso em: junho de 2023.

O Assunto. Porque o voto feminino será decisivo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1nTkZANJgS32s83G7JHU0O?si=f4bf331a056b4858>. Acesso em: junho de 2023.

O Globo. 7 de setembro: Bolsonaro discursa em ato no Rio. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/ao-vivo/7-de-setembro-acompanhe-as-manifestacoes-e-a-repercussao-em-tempo-real.ghhtml>. Acesso em: agosto de 2023.

O GLOBO. Bolsonaro ataca jornalista em debate, e candidatas reagem: “Homens são tchutchucas com outros homens, mas vem para cima da gente sendo tigrão”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/bolsonaro-ataca-jornalista-em-debate-e-candidatas-reagem.ghhtml>. Acesso em: julho de 2023.

- O Globo. Brasil Fora da Bolha: Eleições 2022. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/especial-eleicoes-2022-brasil-fora-da-bolha.html?mulheres>. Acesso em: 11 de julho de 2023.
- O Globo. Deputado Douglas Garcia ofende jornalista Vera Magalhães em debate dos candidatos ao governo de São Paulo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/deputado-douglas-garcia-ofende-jornalista-vera-magalhaes-em-debate-dos-candidatos-ao-governo-de-sp.ghtml>. Acesso em: agosto de 2023.
- O Globo. Fachin anula condenações de Lula relacionadas a operação lava-jato. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/08/fachin-anula-condenacoes-de-lula-relacionadas-a-operacao-lava-jato.ghtml>. Acesso em: julho de 2023.
- O Globo. Manifestantes fazem atos a favor de Bolsonaro no 7 de setembro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/07/manifestantes-fazem-atos-a-favor-de-bolsonaro-no-7-de-setembro.ghtml>. Acesso em: julho de 2023.
- O Globo. Primeiro debater presidencial. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/29/1o-debate-presidencial-na-tv-colunistas-analisam-o-desempenho-dos-candidatos.ghtml>. Acesso em: agosto de 2023.
- Repórter Brasil. O confronto entre policiais e a Liga dos Camponeses Pobres em Rondônia...Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/03/o-confronto-entre-policiais-e-liga-dos-camponeses-pobres-em-rondonia-onde-o-bolsonarismo-e-a-luta-pela-terra-encontram-seus-extremos/>. Acesso em: setembro de 2023.
- RSF - Repórteres Sem Fronteiras. (2022). Sob risco: como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/relatorio_pt_final.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.
- RSF – Repórteres Sem Fronteiras. (2022). Brasil: organizações pedem garantias para a liberdade de imprensa nas eleições de 2022. Disponível em: Brasil: Organizações pedem garantias para a liberdade de imprensa nas eleições 2022 | RSF. Acesso em: março de 2023.

RSF – Repórteres Sem Fronteiras. (2022). Imprensa sob pressão: ataque aos jornalistas durante as eleições presidenciais. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/imprensa-sob-press%C3%A3o-no-brasil-rsf-analisa-ataques-online-jornalistas-durante-elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

UOL. Ato pela defesa da democracia na USP reúne gerações do Direito no Largo São Francisco. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/11/ato-pela-democracia-na-usp-reune-geracoes-do-direito-no-largo-do-sao-francisco.htm#:~:text=11%2F08%2F2022%2015h45%20O%20ato%20em%20defesa%20da%20democracia,de%20um%20corajoso%20ato%20contra%20a%20ditadura%20militar>. Acesso em: julho de 2023.